



DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS 4T | 2025

22.março.2026

 **MaterDei**
Rede de Saúde

45
ANOS

com você,
por toda a vida.

Destaques

Operacionais e Financeiros



Consolidado

- ✓ Recorde trimestral de EBITDA e margem EBITDA em 2025
- ✓ Geração de caixa operacional recorde
- ✓ Redução de Dívida Líquida em R\$ 75 milhões vs 2024, sem considerar as recompras de ações e os dividendos no período

RMBH

- ✓ Crescimento de 10% da Receita Líquida vs 2024, atingindo o recorde na RMBH
- ✓ Crescimento de 9% nos avisos cirúrgicos vs 2024
- ✓ Nova Lima com aumento de 19% na RL do 4T25 vs 3T25, com crescimento de 10% nos avisos cirúrgicos e 52% nos pacientes oncológicos

Salvador:

- ✓ Recorde de Receita Líquida, EBITDA e margem EBITDA no 4T25 e em 2025
- ✓ Aumento de 45% nos pacientes oncológicos e 15% nos avisos cirúrgicos

Adquiridas:

- ✓ Recorde de Receita líquida, EBITDA e margem EBITDA em 2025
- ✓ Crescimento de 79% nos pacientes oncológicos e 8% nos avisos cirúrgicos vs 4T24
- ✓ Goiânia com maior RL, EBITDA e margem EBITDA trimestral da história

Premiações e Qualidade Hospitalar



- Hospital Mater Dei Contorno conquistou a reacreditação do JCI, enquanto a Mater Dei Santa Clara recebeu a reacreditação da OMENTUM nível Diamond.
- Premiação do Mater Dei Santo Agostinho na CONAHP, com obtenção do selo QGA após programa de validação de indicadores, que reconhece a qualidade e confiabilidade dos dados reportados à ANAHP, além de assegurar transparência e reconhecimento ao mercado.
- Introdução da Terapia com Células CART-T no Hospital da Contorno.
- 3 novos robôs em 2025, sendo 2 em Uberlândia (Da Vinci e Cirurgia Ortopédica) e 1 em Nova Lima (Da Vinci).
- Novos agentes de IA para o ciclo da receita, em parceria com a A3 Data e AWS, que tem ajudado na melhoria do PMR da Companhia.
- Maior NPS trimestral da Rede no 4T25.

Distribuição de R\$ 75 milhões em Dividendos

Durante o ano de 2025, a Mater Dei distribuiu R\$ 75 milhões em dividendos. Essa distribuição acima do mínimo legal evidencia nosso compromisso com a valorização dos acionistas e realça a saúde financeira da Companhia.



Manutenção de Rating AA+.br pela Moody's

MOODY'S

A agência de classificação de risco de crédito Moody's Local ("Moody's"), reafirmou, no dia 13 de janeiro de 2026, o rating "AA+.br" do Hospital Mater Dei S.A. (Mater Dei) e da sua terceira emissão de debêntures quirográficas. A perspectiva do rating corporativo é Estável.

Segundo o relatório da Moody's: "A afirmação do Rating de Emissor do Hospital Mater Dei em AA+.br reflete seu sólido perfil de negócios, suportado pelo reconhecimento de sua marca como prestador premium de serviços de saúde e pela diversificação de seus ativos. Ao mesmo tempo, reflete a rentabilidade em níveis acima da média do setor e a demonstrada resiliência de sua geração de caixa - ambas testadas em um ambiente setorial e macroeconômico desafiadores. Seu forte perfil de liquidez, em conjunto com uma política financeira prudente, apesar dos riscos inerentes ao processo de crescimento, também são aspectos positivos ao rating."

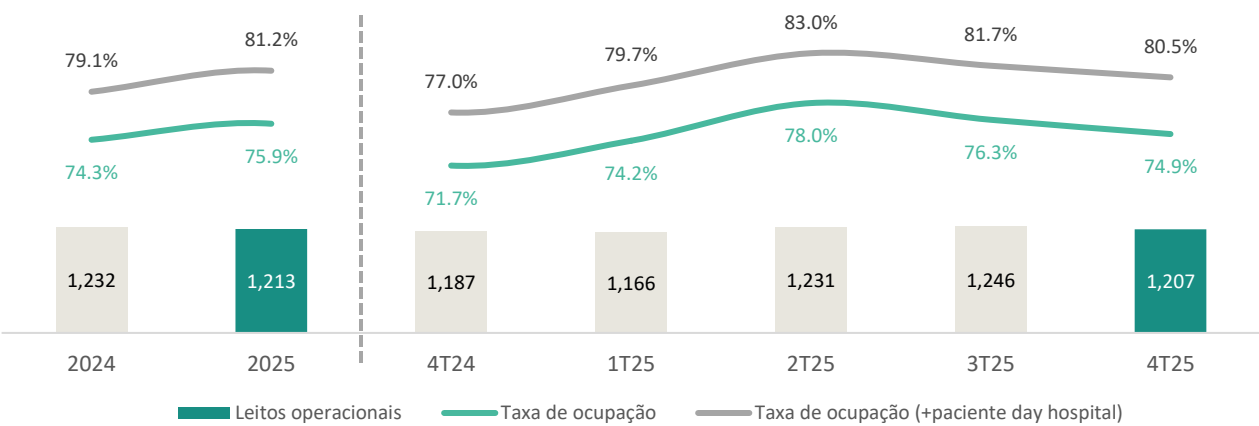
Receitas

Volume

A receita bruta é composta, principalmente, pelos serviços de saúde prestados, como internações, cirurgias, oncologia, consultas médicas, exames, entre outros, seja por meio de operadoras de saúde, autogestões, autarquias ou de pacientes particulares (*out-of-pocket*).

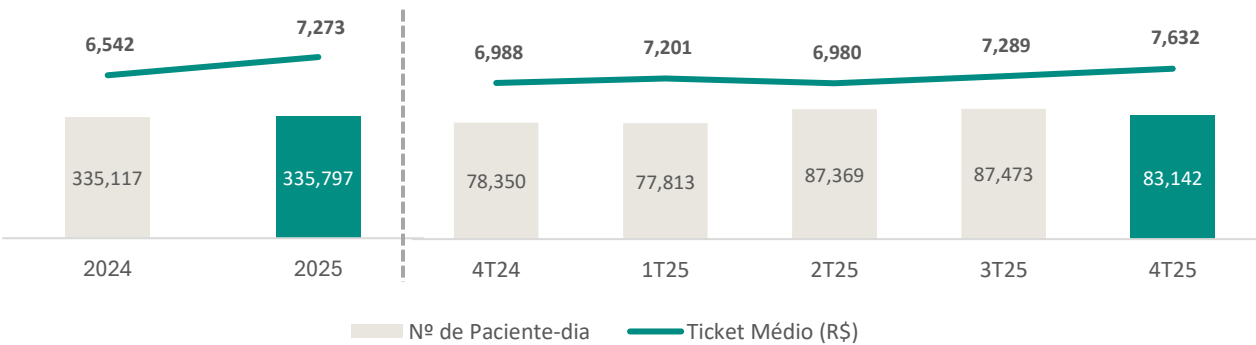
O quarto trimestre de 2025 apresentou média de 1.207 leitos operacionais, aumento de 20 leitos contra o 4T24, explicado principalmente pelo ramp-up dos hospitais e uma ocupação mais elevada. Em relação ao 3T25, houve redução de 39 leitos, fruto da sazonalidade histórica do quarto trimestre pelas festas e recessos no final do ano. A taxa de ocupação trimestral atingiu 80,5%, sendo 1,2 p.p. abaixo do 3T25 e 3,5 p.p. acima em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Na comparação anual, houve redução de 19 leitos operacionais aliado ao crescimento de 2,1 p.p. na taxa de ocupação, de acordo com a estratégia em curso para aumentar a eficiência operacional.

Evolução da média de leitos operacionais e taxa de ocupação¹



No quarto trimestre de 2025, o volume de pacientes-dia internados no consolidado da Rede Mater Dei apresentou redução de 5,0% em relação ao 3T25 fruto da sazonalidade histórica do quarto trimestre. Na comparação com o 4T24, houve aumento de 6,1% no volume de pacientes-dia. A taxa de ocupação cresceu 3,5 p.p., reforçando a estratégia estabelecida.

Número de pacientes-dia e Ticket Médio (R\$/paciente-dia)

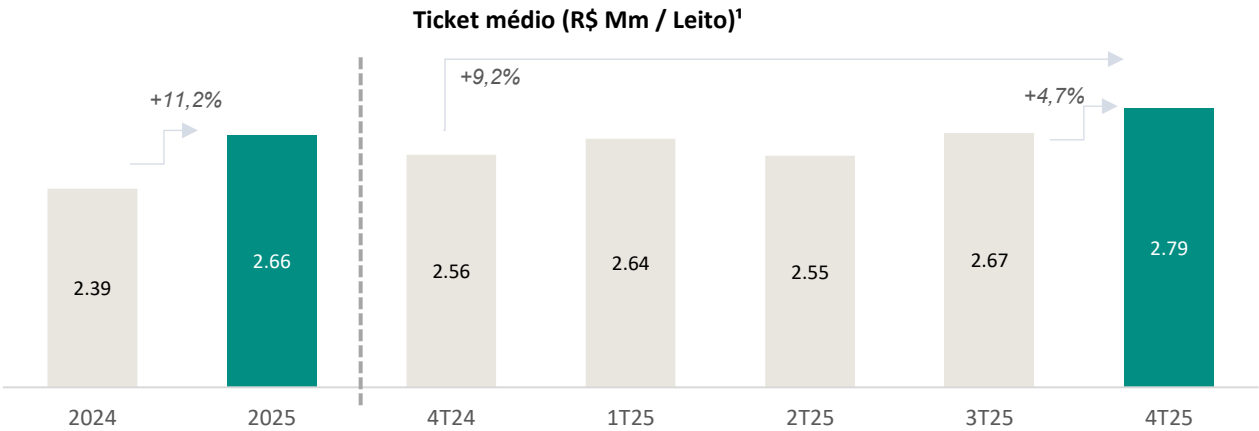


1. Valores não consideram os números do Hospital Porto Dias

Receitas

Ticket e Valores Consolidados

O ticket médio consolidado no quarto trimestre de 2025 aumentou 9,2% vs 4T24, enquanto o crescimento de 2025 foi de 11,2% vs 2024. Esses crescimentos se devem ao melhor mix de especialidades, procedimentos e convênios, com aumento de avisos cirúrgicos, pacientes oncológicos e receitas fora do leito; à alteração no peso da composição de nossos hospitais, com o *ramp-up* de Nova Lima e Salvador; e negociações de reajustes anuais junto às fontes pagadoras. Na comparação do 4T25 vs 3T25, o crescimento foi de 4,7%, fruto do melhor mix.



1. Valores não consideram os números do Hospital Porto Dias

No quarto trimestre de 2025, a receita bruta somou R\$ 634,5 milhões, aumento de 15,9% em relação ao quarto trimestre do ano anterior e 0,5% abaixo da receita bruta apresentada no último trimestre. Em 2025, a receita bruta cresceu 11,4%, evidenciando o momentum da Companhia.

A receita bruta é deduzida, principalmente, por: (i) provisão de glosas; (ii) tributos federais e municipais incidentes sobre a receita e (iii) faturamentos cancelados.

R\$ milhões	Consolidado							
	4T25	4T24	Δ 4T25	3T25	Δ 4T25	2025	2024	Δ 2025
Convênios	589,9	503,8	17,1%	591,5	(0,3%)	2.263,8	2.015,2	12,3%
Particulares	35,8	35,7	0,4%	36,9	-2,9%	142,2	143,2	-0,7%
Outras receitas	8,8	8,0	10,1%	9,2	-3,9%	36,3	33,9	7,0%
Receita Bruta	634,5	547,5	15,9%	637,6	-0,5%	2.442,3	2.192,3	11,4%
Glosas	(27,6)	(23,7)	16,7%	(27,8)	(0,5%)	(106,2)	(94,7)	12,1%
Impostos e deduções	(44,6)	(36,8)	21,2%	(42,0)	6,3%	(160,8)	(145,3)	10,7%
Receita Líquida	562,3	487,0	15,5%	567,9	-1,0%	2.175,3	1.952,4	11,4%

Custos

Custos dos Serviços Prestados

Os custos dos serviços prestados são formados, principalmente, por materiais e medicamentos, pessoal, prestação de serviços médicos, depreciação e amortização e manutenção e conservação.

No 4T25, os custos dos serviços prestados totalizaram R\$ 391 milhões, representando 69,5% da receita líquida, queda de 4,0 pp em relação ao 4T24. Na comparação de 2025 vs 2024, a redução foi de 0,9 pp. Essas reduções são explicadas pela diluição dos custos com aumento da receita, principalmente na linha de pessoal; pela estratégia da Companhia de operar com maior taxa de ocupação; e pelo ajuste do quadro de colaboradores. Na comparação do 4T25 com o 3T25, a representatividade do custo em relação a receita líquida reduziu 0,4 pp, fruto de menores gastos com materiais e medicamentos.

Nesse sentido, o Lucro Bruto reportado foi de R\$ 172 milhões, enquanto a margem bruta atingiu 30,5%, uma vez que os efeitos nos custos de serviços prestados atingem a margem na mesma proporção.

R\$ milhões	Consolidado							
	4T25	4T24	Δ 4T25	3T25	Δ 4T25	2025	2024	Δ 2025
Materiais e medicamentos	(148,3)	(129,7)	14,3%	(154,8)	(4,2%)	(580,0)	(519,7)	11,6%
% da receita líquida	26,4%	26,6%	(0,2pp)	27,3%	(0,9pp)	26,7%	26,6%	0,1pp
Pessoal	(109,8)	(100,3)	9,4%	(110,9)	(1,0%)	(431,1)	(397,6)	8,4%
% da receita líquida	19,5%	20,6%	(1,1pp)	19,5%	-	19,8%	20,4%	(0,6pp)
Prestação de serviços médicos	(59,4)	(54,4)	9,2%	(59,7)	(0,5%)	(231,6)	(209,6)	10,5%
% da receita líquida	10,6%	11,2%	(0,6pp)	10,5%	0,1pp	10,6%	10,7%	(0,1pp)
Manutenção e conservação	(24,9)	(22,5)	10,8%	(23,1)	7,7%	(92,5)	(84,2)	9,8%
% da receita líquida	4,4%	4,6%	(0,2pp)	4,1%	0,3pp	4,3%	4,3%	-
Depreciação e amortização	(23,4)	(23,6)	-0,6%	(22,4)	4,4%	(89,9)	(78,8)	14,1%
% da receita líquida	4,2%	4,8%	(0,6pp)	3,9%	0,3pp	4,1%	4,0%	0,1pp
Outros custos	(24,8)	(27,5)	-9,7%	(25,8)	(3,9%)	(98,8)	(96,1)	2,8%
% da receita líquida	4,4%	5,6%	(1,2pp)	4,5%	(0,1pp)	4,5%	4,9%	(0,4pp)
Custo dos serviços prestados	(390,6)	(358,0)	9,1%	(396,7)	-1,5%	(1.523,9)	(1.386,0)	10,0%
% da receita líquida	69,5%	73,5%	(4,0pp)	69,9%	(0,4pp)	70,1%	71,0%	(0,9pp)
Lucro Bruto	171,7	129,0	33,1%	171,1	0,3%	651,4	566,4	15,0%
% margem Bruta	30,5%	26,5%	4,0pp	30,1%	0,4pp	29,9%	29,0%	0,9pp

Despesas

Gerais, Administrativas e Outras

As despesas gerais e administrativas são compostas, principalmente, por gastos com pessoal, depreciação e amortização e demais despesas inerentes às atividades de backoffice.

No 4T25, as despesas gerais e administrativas atingiram 12,6% da receita líquida do período, estável em relação ao 3T25 e abaixo em 1,6 pp vs 4T24, enquanto na comparação anual a queda foi de 1,3 pp. Essas reduções se devem às menores despesas na linha de pessoal pela redução do número de posições administrativas e consequente diluição pelo crescimento da receita. Em relação as despesas operacionais líquidas, que incluem principalmente, provisões/reversões para demandas judiciais, provisões para crédito de liquidação duvidosa e equivalência patrimonial, houve redução na comparação com o 4T24 principalmente por crédito tributário no valor de R\$ 3,5 milhões em dez/25 e maior resultado de equivalência patrimonial. Em relação ao ano de 2024, o aumento das despesas operacionais líquidas em 2025 é explicado principalmente pela reversão em contingências previdenciárias no valor de R\$ 74 milhões que impactou positivamente o ano anterior, sem o mesmo efeito em 2025.

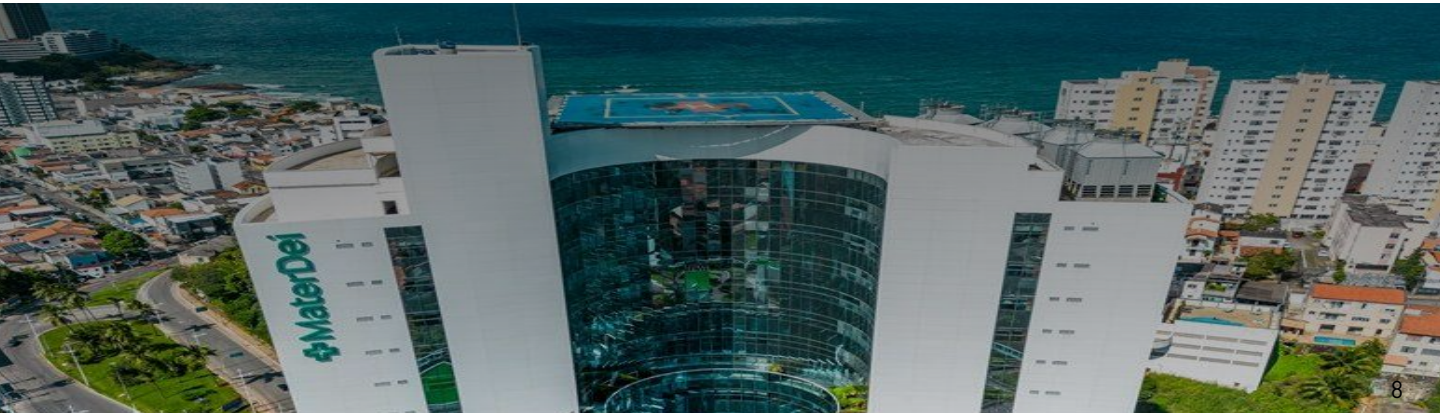
R\$ milhões	Consolidado							
	4T25	4T24	Δ 4T25	3T25	Δ 4T25	2025	2024	Δ 2025
Pessoal	(42,0)	(43,3)	-3,0%	(41,7)	0,8%	(169,6)	(176,3)	-3,9%
% da receita líquida	7,5%	8,9%	(1,4pp)	7,3%	0,2pp	7,8%	9,0%	(1,2pp)
Depreciação e amortização	(5,5)	(3,3)	64,0%	(5,3)	2,5%	(21,2)	(18,4)	15,4%
% da receita líquida	1,0%	0,7%	0,3pp	0,9%	0,1pp	1,0%	0,9%	0,1pp
Serviços de terceiros	(16,4)	(17,4)	-5,8%	(17,5)	(6,3%)	(62,8)	(56,6)	11,0%
% da receita líquida	2,9%	3,6%	(0,7pp)	3,1%	(0,2pp)	2,9%	2,9%	-
Outras despesas	(6,7)	(5,1)	30,4%	(6,4)	5,4%	(23,3)	(22,5)	3,8%
% da receita líquida	1,2%	1,1%	0,1pp	1,1%	0,1pp	1,1%	1,2%	(0,1pp)
Despesas gerais e adm.	(70,6)	(69,2)	2,0%	(70,9)	-0,4%	(276,9)	(273,8)	1,1%
% da receita líquida	12,6%	14,2%	(1,6pp)	12,5%	0,1pp	12,7%	14,0%	(1,3pp)
Outras rec./desp. Operacionais	(2,8)	(9,2)	-69,6%	(2,2)	30,1%	(20,8)	43,6	(47,6%)
% da receita líquida	0,5%	1,9%	(1,4pp)	0,4%	0,1pp	1,0%	-2,2%	3,2pp
Despesas operacionais líquidas	(73,4)	(78,4)	-6,4%	(73,0)	0,5%	(297,7)	(230,2)	29,3%
% da receita líquida	13,0%	16,1%	(3,1pp)	12,9%	0,1pp	13,7%	11,8%	1,9pp

EBIT e EBITDA

Resultado Operacional

O EBITDA ajustado no trimestre atingiu R\$ 127 milhões, com aumento de 1,1% contra o 3T25 e expressivos 64,0% em relação ao 4T24. Em 2025, o EBITDA Ajustado alcançou R\$ 465 milhões, crescimento de 27,5% vs 2024. A margem EBITDA ajustada no 4T25 alcançou 22,6%, valor este que representa aumento de 0,4 p.p. em relação ao 3T25 e 6,7 pp vs 4T24. Em 2025, a margem EBITDA ajustada foi de 21,4%, 2,7 pp acima de 2024. Os aumentos de margem da Companhia nas comparações anuais são explicados por três principais fatores: (i) incremento da receita pelo aumento do ticket médio e *ramp-up* das unidades, diluindo custos/despesas e gerando maiores margens (ii) revisitação nas linhas de pessoal através da readequação do quadro de funcionários e posições administrativas, e (iii) aumento da taxa de ocupação visando maior eficiência operacional. Na comparação entre o 4T25 vs 3T25, houve crescimento de 0,4 pp na margem pelo: (i) nível similar de receita apesar da sazonalidade típica do último trimestre do ano, o que manteve a diluição dos custos/despesas e (ii) menores gastos na linha de materiais e medicamentos.

R\$ milhões	Consolidado							
	4T25	4T24	Δ 4T25	3T25	Δ 4T25	2025	2024	Δ 2025
Receita bruta	634,5	547,5	15,9%	637,6	-0,5%	2.442,3	2.192,3	11,4%
Impostos, deduções e glosas	(72,2)	(60,5)	19,5%	(69,7)	3,6%	(267,0)	(240,0)	11,3%
Receita líquida	562,3	487,0	15,5%	567,9	-1,0%	2.175,3	1.952,4	11,4%
Custo dos serviços prestados	(390,6)	(358,0)	9,1%	(396,7)	-1,5%	(1.523,9)	(1.386,0)	10,0%
Despesas operac. líquidas	(73,4)	(78,4)	-6,4%	(73,0)	0,5%	(297,7)	(230,2)	29,3%
Imparidade de ativos	-	-	-	-	-	-	(754,3)	-
EBIT	98,3	50,6	94,1%	98,1	0,2%	353,7	(418,0)	-
% da receita líquida	17,5%	10,4%	7,1pp	17,3%	0,2pp	16,3%	-21,4%	37,7pp
Depreciação e Amortização	28,9	26,9	7,4%	27,8	4,1%	111,1	97,2	14,4%
EBITDA	127,2	77,5	64,0%	125,9	1,1%	464,8	(320,8)	-
% da receita líquida	22,6%	15,9%	6,7pp	22,2%	0,4pp	21,4%	-16,4%	37,8pp
Alienação de Investimentos / Imparidade de ativos	-	-	-	-	-	-	754,3	-100,0%
Pré-Operacional Nova Lima	-	-	-	-	-	-	5,3	-100,0%
Reversão de contingências	-	-	-	-	-	-	(74,0)	-
EBITDA ajustado	127,2	77,5	64,0%	125,9	1,1%	464,8	364,7	27,5%
% da receita líquida	22,6%	15,9%	6,7pp	22,2%	0,4pp	21,4%	18,7%	2,7pp



Resultado Financeiro Líquido

Receitas e Despesas Financeiras

No trimestre, o resultado financeiro líquido apresentou melhora de 17,9% vs 3T25, uma vez que o trimestre anterior foi impactado pelas despesas da liquidação antecipada da 1ª emissão de debêntures, com prêmio pago aos debenturistas de R\$ 8,8 milhões e baixa de custos de transação a apropriar de R\$ 2,4 milhões, sem o mesmo efeito no 4T25. Em relação ao 4T24, a variação nas despesas financeiras é explicada por uma maior despesa com juros fruto de uma taxa Selic média mais elevada e perdas com SWAP pelo menor IPCA no trimestre.

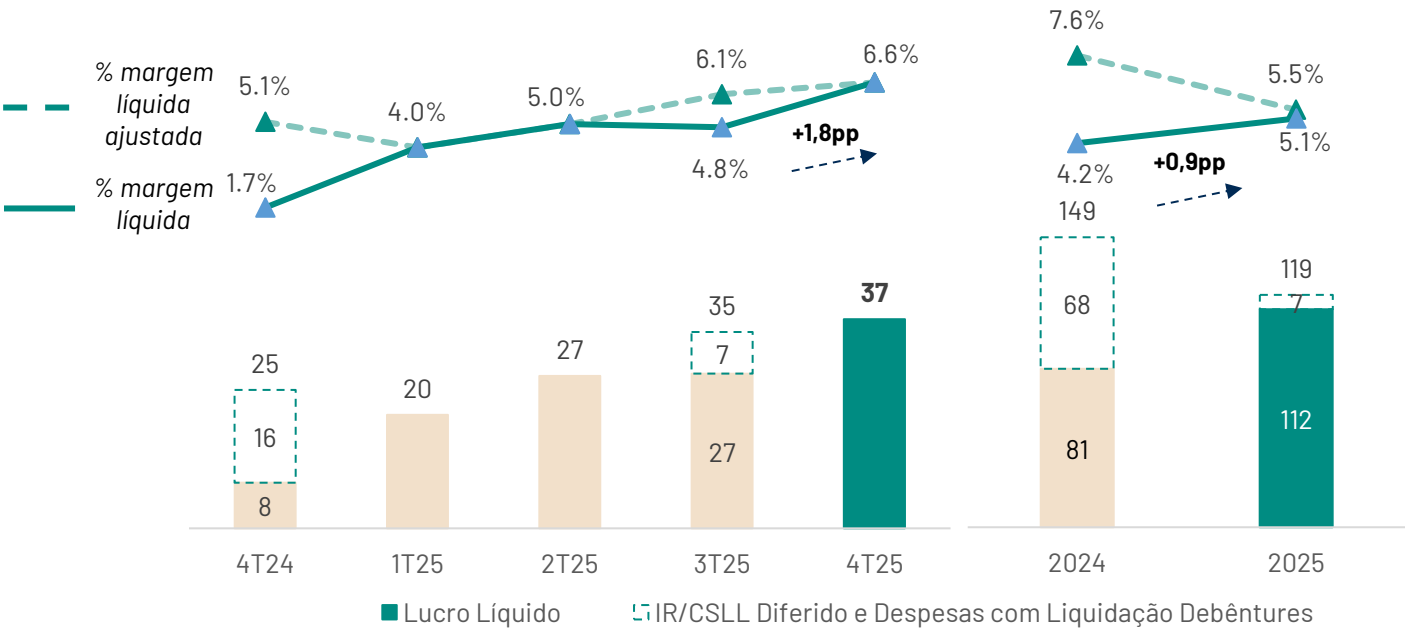
Na comparação de 2025 vs 2024, a variação na receita financeira se deve às maiores receitas com aplicações financeiras pelo aumento do caixa médio e da taxa Selic no período. Em relação às despesas financeiras, a variação é explicada por uma maior despesa com juros fruto de uma taxa Selic média mais elevada e perdas com SWAP pelo menor IPCA no período, além das despesas supracitadas referentes à da liquidação antecipada da 1ª emissão de debêntures.

R\$ milhões	Consolidado							
	4T25	4T24	Δ 4T25	3T25	Δ 4T25	2025	2024	Δ 2025
Receita Financeira	29,0	27,7	4,7%	30,2	(4,1%)	115,6	87,9	31,6%
Despesa Financeira	(74,6)	(62,7)	19,0%	(85,7)	(13,0%)	(302,3)	(236,3)	27,9%
Juros de empréstimos, finan., parcelamentos e aquisições	(46,2)	(40,1)	15,1%	(55,0)	(16,0%)	(195,1)	(150,5)	29,6%
Juros de arrendamento	(19,6)	(18,3)	7,5%	(19,1)	2,9%	(76,3)	(67,9)	12,4%
Outros	(8,7)	(4,3)	104,6%	(11,6)	(24,9%)	(30,9)	(17,9)	72,7%
Resultado Financeiro Líquido	(45,6)	(35,0)	30,3%	(55,5)	(17,9%)	(186,6)	(148,4)	25,8%



Lucro Líquido

No trimestre atual, o lucro líquido alcançou R\$ 37,2 milhões, aumento de 35,2% em comparação com o 3T25 e 356,1% vs 4T24 ao desconsiderar o IR/CSLL diferido. Em 2025, também desconsiderando o IR/CSLL diferido em 2024, o crescimento foi de 37,6%, o que evidencia a recuperação do lucro líquido da Rede. A margem líquida atingiu 6,6% neste trimestre, crescimento de 1,8 pp em relação ao trimestre anterior, que foi impactado pelas despesas da liquidação das debêntures. No ano, o aumento foi de 0,9 pp ao desconsiderar o IR/CSLL diferido em 2024. Esses melhores resultados no lucro líquido são explicados pelos mesmos efeitos que resultaram no crescimento do EBITDA, conforme descritos anteriormente.



R\$ milhões	Consolidado							
	4T25	4T24	Δ 4T25	3T25	Δ 4T25	2025	2024	Δ 2025
EBIT	98,3	50,6	94,1%	98,1	0,2%	353,7	(418,0)	-
Resultado financeiro líquido	(45,6)	(35,0)	30,3%	(55,5)	(17,9%)	(186,6)	(148,4)	25,8%
LAIR	52,7	15,7	236,8%	42,6	23,8%	167,1	(566,4)	-
IR e CSLL	(15,6)	(7,5)	107,2%	(15,1)	2,9%	(55,2)	195,3	(128,3%)
Lucro líquido	37,2	8,1	356,1%	27,5	35,2%	111,9	(371,1)	-
% da receita líquida	6,6%	1,7%	4,9pp	4,8%	1,8pp	5,1%	-19,0%	24,1pp
IR/CS diferido (ágio de aquisições)	-	16,5	(100,0%)	-	-	-	67,6	(100,0%)
Alienação de Investimentos / Imparidade de ativos	-	-	-	-	-	-	497,8	(100,0%)
Pré-Operacional Nova Lima	-	-	-	-	-	-	3,5	(100,0%)
Reversão de contingências	-	-	-	-	-	-	(48,8)	-
Lucro Líquido Ajustado	37,2	24,6	50,9%	27,5	35,2%	111,9	148,9	(24,9%)
% da receita líquida	6,6%	5,1%	1,5pp	4,8%	1,8pp	5,1%	7,6%	(2,5pp)

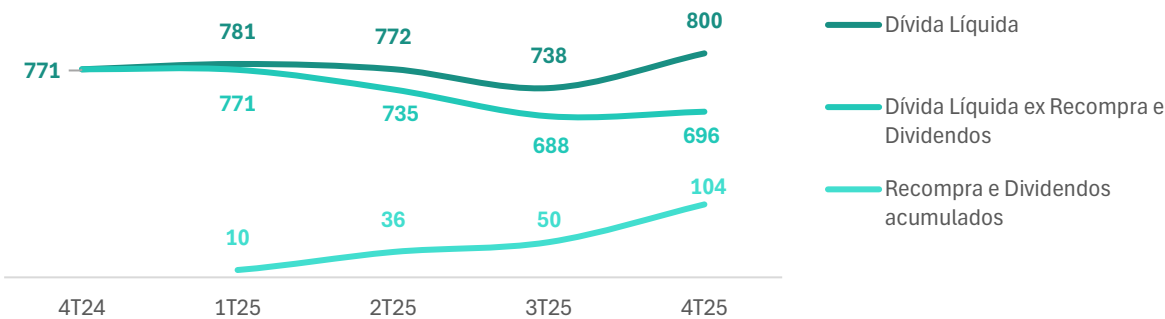
Endividamento

No final de 2025, o saldo da dívida líquida totalizou R\$ 800 milhões, um aumento de 3,7% contra o saldo final de 2024 e 8,4% contra o 3T25, fruto do pagamento de dividendos antecipado de R\$ 50 milhões e a aquisição de participação remanescente do Hospital Santa Clara por R\$ 56 milhões. O índice de alavancagem (dívida líquida financeira/EBITDA LTM) atingiu 1,7x no 4T25, 0,2x maior na comparação com o mesmo período do ano anterior e 0,1x menor vs trimestre anterior.

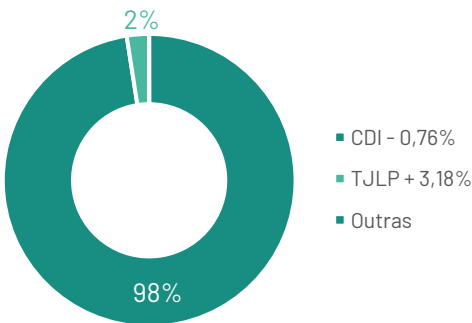
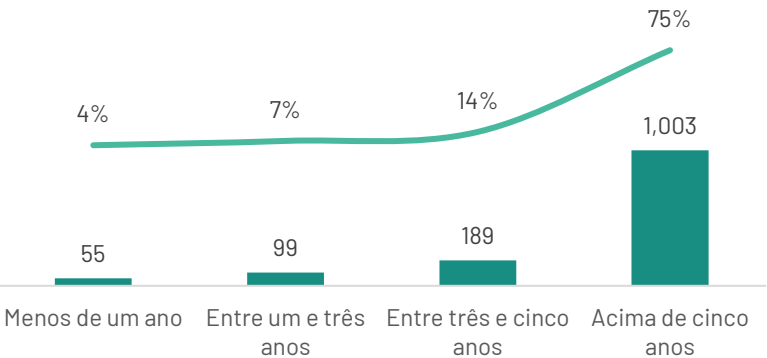
Consolidado (R\$ milhões)	4T25	4T24	Δ 4T25	3T25	Δ 4T25
Dívida de curto prazo	115	78	46,7%	93	23,7%
Dívida de longo prazo	1.310	1.368	-4,2%	1.325	-1,1%
Dívida Bruta ¹	1.425	1.447	-1,5%	1.417	0,6%
Caixa e equivalentes e aplicações financeiras	625	675	-7,4%	680	-8,0%
Dívida Líquida	800	771	3,7%	738	8,4%
EBITDA LTM ¹	466	530	-12,0%	418	11,6%
Dívida Líquida / EBITDA LTM	1,7	1,5	0,2	1,8	-0,1

1. Conforme covenant das emissões de debêntures da Companhia

No intuito de mostrar a evolução da geração de caixa da companhia ao longo dos últimos trimestres, fizemos abaixo um exercício hipotético de variação de dívida desconsiderando as linhas de remuneração aos acionistas (recompra de ações e dividendos – pagos e recebidos). Nos últimos 12 meses, a dívida líquida teria aumentado R\$ 8 milhões vs 3T25, em função da compra de participação adicional no Hospital Santa Clara, e reduzido R\$ 76 milhões vs 4T24, sendo o índice de alavancagem no 4T25 de 1,5x. Abaixo, gráfico com a dívida líquida (R\$ mi) e recompra/dividendos acumulados (R\$ mi):



O prazo médio ponderado de pagamento da dívida do Mater Dei é de 5,3 anos vs 5,6 anos reportado no 3T25. O custo da dívida no período do 4T25 foi de CDI - 0,80% a.a.

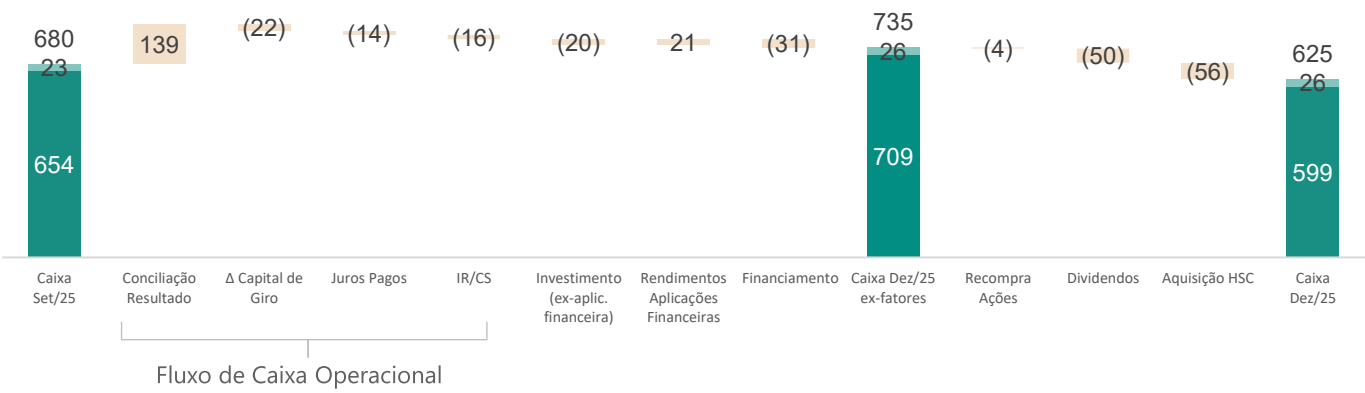


Não considera o custo de transação.

Fluxo de Caixa

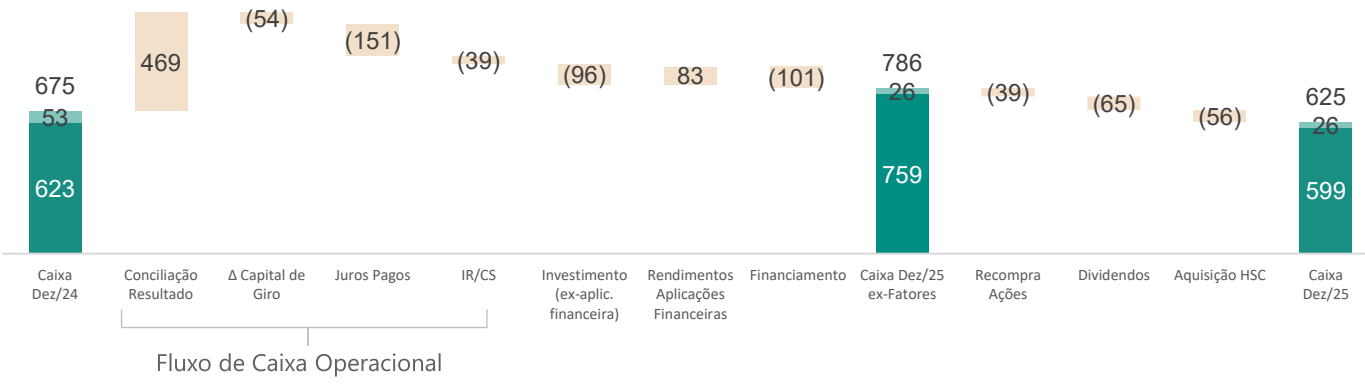
No 4T25, o caixa gerado pelas operações foi de R\$ 138 milhões, com R\$ 22 milhões sendo consumidos pelo capital de giro (contas a receber, fornecedores, estoques, entre outros). Para completar o fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais, houve pagamento de R\$ 14 milhões em juros de empréstimos/arrendamentos pelas obrigações semestrais das Debêntures, e R\$ 16 milhões em imposto de renda e contribuição social.

As atividades de investimento consumiram R\$ 20 milhões, alinhado com a estratégia de controle de CAPEX estipulado. Ademais, houve variação negativa de R\$ 10 milhões entre atividades de financiamentos e rendimento de aplicações financeiras. O Caixa atingiu R\$ 735 milhões desconsiderando as recompra de ações, a antecipação de dividendos e a aquisição de participação no Hospital Santa Clara, representando um aumento de R\$ 55 milhões no período, evidenciando nossos esforços para transformação do desempenho operacional da Rede em Caixa.



Em 2025, o caixa gerado pelas operações foi de R\$ 469 milhões, com R\$ 54 milhões sendo consumidos pelo capital de giro (contas a receber, fornecedores, estoques, entre outros). Para completar o fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais, houve pagamento de R\$ 151 milhões em juros de empréstimos/arrendamentos pelas obrigações das Debêntures, e R\$ 39 milhões em imposto de renda e contribuição social, refletindo os esforços da Companhia visando uma redução da alíquota efetiva de caixa.

As atividades de investimento consumiram R\$ 96 milhões, alinhado com a baixa necessidade de CAPEX. Ademais, houve variação negativa de R\$ 18 milhões entre atividades de financiamentos e rendimento de aplicações financeiras. O Caixa atingiu R\$ 786 milhões desconsiderando as recompra de ações, o pagamento de dividendos e a aquisição de participação no Hospital Santa Clara, representando um aumento de R\$ 111 milhões no período, evidenciando nossos esforços para transformação do desempenho operacional da Rede em Caixa.



Anexo

DRE

(Em mil de reais)	4T25	4T24	3T25	2025	2024
Receita bruta	634.515	547.491	637.565	2.442.297	2.517.018
Convênios	589.868	503.801	591.490	2.263.840	2.325.779
Particulares	35.808	35.661	36.877	142.152	157.318
Outras receitas	8.839	8.029	9.198	36.305	33.921
Impostos e deduções	(72.212)	(60.453)	(69.708)	(267.012)	(291.017)
Receita líquida	562.303	487.038	567.857	2.175.285	2.226.001
Custo dos serviços prestados	(390.619)	(358.011)	(396.737)	(1.523.868)	(1.555.404)
Materiais e medicamentos	(148.292)	(129.743)	(154.787)	(579.991)	(547.158)
Pessoal	(109.775)	(100.331)	(110.867)	(431.076)	(448.711)
Prestação de serviços médicos	(59.437)	(54.444)	(59.719)	(231.631)	(258.070)
Manutenção e conservação	(24.880)	(22.463)	(23.103)	(92.464)	(99.475)
Depreciação e amortização	(23.423)	(23.558)	(22.429)	(89.870)	(88.707)
Outros custos	(24.812)	(27.472)	(25.832)	(98.836)	(113.283)
Lucro bruto	171.684	129.027	171.120	651.417	670.597
Despesas gerais e administrativas	(70.575)	(69.175)	(70.863)	(276.928)	(298.709)
Pessoal	(42.018)	(43.309)	(41.678)	(169.552)	(190.625)
Depreciação e amortização	(5.462)	(3.330)	(5.327)	(21.235)	(20.334)
Serviços de Terceiros	(16.398)	(17.402)	(17.506)	(62.820)	(61.830)
Outras despesas	(6.697)	(5.134)	(6.352)	(23.321)	(25.920)
Resultado de equivalência patrimonial	(83)	(1.179)	(165)	(1.507)	(2.430)
Outras receitas (despesas) operacionais	(2.716)	(8.026)	(1.987)	(19.257)	48.959
Imparidade de ativos - CPC 31	-	-	-	-	(754.264)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	98.310	50.647	98.105	353.725	(335.847)
Receitas financeiras	28.974	27.664	30.202	115.628	89.616
Despesas financeiras	(74.551)	(62.656)	(85.706)	(302.268)	(252.379)
Resultado financeiro líquido	(45.577)	(34.992)	(55.504)	(186.640)	(162.763)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	52.733	15.655	42.601	167.085	(498.610)
Total IR e CSLL	(15.563)	(7.510)	(15.119)	(55.169)	174.706
Lucro líquido do período	37.170	8.145	27.482	111.916	(323.904)
IR/CS diferido (ágio de aquisições)	-	16.484	-	-	67.600
Alienação de investimento	-	-	-	-	497.814
Pré Operacional Nova Lima	-	-	-	-	3.475
Reversão de contingências	-	-	-	-	(48.824)
Lucro líquido ajustado do período	37.170	24.629	27.482	111.916	196.161

(Em mil de reais)	4T25	4T24	3T25	2025	2024
EBIT	98.310	50.647	98.105	353.725	(335.847)
Depreciação e amortização	28.885	26.888	27.756	111.105	109.041
EBITDA	127.195	77.535	125.861	464.830	(226.806)
Pré Operacional Nova Lima	-	-	-	-	5.265
Alienação de investimento	-	-	-	-	754.264
Reversão de contingências	-	-	-	-	(73.975)
EBITDA ajustado	127.195	77.535	125.861	464.830	458.748

Anexo

Balanço Patrimonial

(Em mil de reais)	31/12/2025	31/12/2024
Ativo		
Circulante		
Caixa e Equivalentes de Caixa	599.130	622.581
Aplicação financeira	26.328	52.735
Contas a receber de clientes	717.064	662.537
Estoques	71.785	49.757
Contas a receber de obra	43.195	41.357
Outros ativos circulantes	36.591	48.735
Total do ativo circulante	1.494.093	1.477.702
Não Circulante		
Contas a receber de obra	259.168	289.502
Depósitos judiciais	60.666	51.177
IR e CSLL diferidos	234.266	229.929
Investimentos	11.506	14.332
Direito de uso	665.852	656.637
Imobilizado	811.604	840.594
Intangível	730.498	730.289
Outros ativos não circulantes	45.236	50.690
Total do ativo não circulante	2.818.796	2.863.150
Total do ativo	4.312.889	4.340.852
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	148.566	131.914
Empréstimos, financiamentos e Debêntures	112.332	75.897
Instrumentos financeiros derivativos	2.599	2.426
Arrendamento mercantil	78.371	66.377
Salários e encargos sociais	66.891	57.295
Impostos e contribuições a recolher	38.519	23.818
Parcelamento de impostos	338	5.617
Contas a pagar aquisição de empresas	30.761	38.510
Passivo de resgate de ações	2.383	59.860
Outros passivos circulantes	10.346	5.710
Total do passivo circulante	491.106	467.424
Não Circulante		
Empréstimos, financiamentos e Debêntures	1.290.122	1.347.024
Instrumentos financeiros derivativos	20.361	21.430
Arrendamento mercantil	698.427	675.457
Parcelamento de impostos	508	649
IR e CSLL Diferidos	74.362	77.960
Contas a pagar aquisição de empresas	141.639	157.546
Provisão para contingências	110.241	107.212
Outros passivos não circulantes	8.549	9.725
Total do passivo não circulante	2.344.209	2.397.003
Patrimônio líquido		
Capital Social	1.301.019	1.301.019
Reserva de capital	140.898	186.035
Reservas de lucros	90.659	57.875
(-) Ações em tesouraria	(6.303)	(16.302)
Ajuste de avaliação patrimonial	(61.785)	(80.192)
Total do patrimônio líquido	1.464.488	1.448.435
Participação dos acionistas não controladores	13.086	27.990
Total do patrimônio líquido	1.477.574	1.476.425
Total do passivo	4.312.889	4.340.852

Anexo

Fluxo de Caixa

(Em mil de reais)	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa provenientes das operações		
Lucro líquido do período	111.916	(323.904)
Ajustes para conciliar o superávit ao caixa líquido		
Depreciação e amortização	111.105	109.041
Perda na baixa do ativo imobilizado e intangível	5.558	426
Constituição (reversão) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	17.560	26.648
Constituição (reversão) de provisão para glosas	37.628	41.588
Constituição (reversão) de provisão para contingências	9.101	(83.216)
Provisão pagamento baseado em ações	4.251	8.323
Resultado de equivalência patrimonial	1.507	2.430
Resultado com derivativos	11.545	(1.111)
Rendimentos de aplicações financeiras	(83.471)	(40.445)
Despesas financeiras líquidas	251.724	213.084
Constituição de parcelamento de impostos	-	938
Perda por imparidade dos ativos	-	754.264
Provisão para IR e CSLL corrente e diferido	(9.108)	(194.384)
	469.316	513.682
Variação nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	(112.174)	(176.312)
Estoques	(22.028)	(2.079)
Outros ativos	13.859	(1.356)
Depósitos judiciais	(9.489)	(2.695)
Fornecedores	22.804	10.950
Salários e encargos sociais	8.315	730
Impostos e contribuições a recolher	54.168	17.291
Impostos parcelados	(5.794)	(6.956)
Variação das contas operacionais de ativo disponível para venda	-	(39.995)
Outros passivos	(4.102)	(5.815)
	(54.441)	(206.237)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(39.467)	(20.459)
Juros pagos	(151.075)	(154.552)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	224.333	132.434
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(47.569)	(188.412)
Aquisição de intangíveis	(13.351)	(12.045)
Ativos e reembolsos de obras a executar	-	(13.381)
Aporte de Capital	-	(95)
Aquisição de investimentos	(35.178)	(28.026)
Alienação de Investimentos	-	401.261
Caixa adquirido (alienado) de combinação (desinvestimento) de negócios	-	(12.541)
Aplicações financeiras realizadas, líquido de resgates	109.878	69.497
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	13.780	216.258
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	700.000	208.519
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(765.908)	(39.157)
Pagamentos de arrendamentos	(24.822)	(34.712)
Liquidação de derivativos	(10.686)	(836)
Aporte de capital realizado por minoritários	-	416
Aquisição de participação minoritária de controlada	(55.986)	-
Ações em tesouraria	(39.389)	(59.225)
Dividendos pagos/recebidos	(64.773)	(28.418)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	(261.564)	46.587
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(23.451)	395.279
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	622.581	227.302
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	599.130	622.581
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(23.451)	395.279

Glossário e Outras Informações

AoP: Média do período (Average of period)

LTM: Últimos 12 meses (Last Twelve Months)

IFRS 16: A partir de 1º de janeiro de 2019, todas as empresas tiveram que se adaptar às novas regras do IFRS 16. Com essa nova norma, os arrendatários passaram a ter que reconhecer o ativo dos direitos sobre ativos arrendados e o passivo dos pagamentos futuros para contratos de arrendamento mercantil de médio ou longo prazo, incluindo os operacionais. O maior impacto que tivemos foi dos contratos de locação de imóveis das nossas unidades operacionais e administrativas

EBITDA: O EBITDA é resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações e amortizações

Margem EBITDA: A divisão do EBITDA pela receita líquida

EBIT: O EBIT é resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro e das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras

CDI: Certificado de Depósito Interbancário

Taxa de ocupação: É o número de leitos efetivamente ocupados por pacientes por dia somados ao longo de um determinado período, dividido pelo número de leitos que estavam operacionais a cada dia somados durante mesmo período

Sobre a Rede Mater Dei de Saúde

A Rede Mater Dei de Saúde é uma plataforma integrada na prestação de serviços hospitalares e oncológicos, sendo uma referência nacional em saúde e a maior rede hospitalar privada de Minas Gerais. A Companhia possui capacidade para aproximadamente 2.200 leitos hospitalares em suas 9 unidades localizadas na Região Metropolitana de Belo Horizonte ("RMBH"), Salvador, Uberlândia, Goiânia e Feira de Santana.

A Rede Mater Dei possui excelência clínica reconhecida por pacientes, comunidade médica, operadoras de saúde, fornecedores e setores relevantes da sociedade, e tem como foco inovação e pioneirismo médico.

Relacionamento com os auditores independentes

Em consonância à determinação da Resolução CVM 162/22, informamos que nossa política de contratação de auditores independentes considera os melhores princípios de governança, que reservam a independência do auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos.

Para informações adicionais de Relações com Investidores, favor acessar o site: <https://ri.materdei.com.br>, ou enviar e-mail para: ri@materdei.com.br

Este material contém informações resumidas, sem intenção de serem completas e não devem ser consideradas por acionistas ou eventuais investidores como uma recomendação de investimento. Informações a respeito da Rede Mater Dei de Saúde, suas atividades, situação econômico-financeira e os riscos inerentes às suas atividades, assim como suas demonstrações financeiras, podem ser obtidas na rede mundial de computadores, no site da Mater Dei (<https://ri.materdei.com.br/>).



MaterDei
Rede de Saúde

45
ANOS



HUB BRASIL CENTRAL

Mater Dei Goiânia
Goiânia/GO

Mater Dei Santa Clara
Uberlândia/MG

Mater Dei Santa Genoveva
Uberlândia/MG

Mater Dei CDI
Uberlândia/MG

SÃO PAULO

Mater Dei São Paulo
[em construção]

HUB BAHIA

Mater Dei Salvador
Salvador/BA

Mater Dei Emec
Feira de Santana/BA

HUB RMBH

Mater Dei Santo Agostinho
Belo Horizonte/MG

Mater Dei Contorno
Belo Horizonte/MG

Mater Dei Betim-Contagem
Betim/MG

Mater Dei Nova Lima
Nova Lima/MG

Em atendimento à Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), especificamente ao disposto no art. 133, § 6º, incluído pela Lei nº 15.177, de 2025, a Mater Dei presta as seguintes informações:

I – a quantidade e a proporção de mulheres contratadas, por níveis hierárquicos da companhia;

	2025		2024		Variação
	<u>Qtd</u>	%	<u>Qtd</u>	%	% <u>Qtd</u>
Mulheres	7.130	78,15%	7.134	78,53%	-0,06%
Cargos Gerenciais	412	4,52%	410	4,51%	0,49%
Com nível Superior	1.469	16,10%	1.428	15,72%	2,87%
Sem nível superior	5.661	62,05%	5.706	62,81%	-0,79%
Homens	1.993	21,85%	1.950	21,47%	2,21%
Cargos Gerenciais	159	1,74%	152	1,67%	4,61%
Com nível Superior	500	5,48%	466	5,13%	7,30%
Sem nível superior	1.493	16,37%	1.484	16,34%	0,61%
Total	9.123	100,00%	9.084	100,00%	0,43%

II – a quantidade e a proporção de mulheres que ocupam cargos na administração da companhia;

Cargos Considerados: Conselheiros, Diretor Corporativo e Vice Presidente

	2025		2024		Variação
	<u>Qtd</u>	% 2025	<u>Qtd</u>	% 2024	% <u>Qtd</u>
Mulheres	7	30,43%	6	28,57%	-16,67%
Homens	16	69,57%	15	71,43%	-6,67%
Total	23	100,00%	21	100,00%	-9,52%

III – o demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares da companhia;

	2025				2024				Variação		
	Qtd	Fixa (R\$)	Variável (R\$)	Total (R\$)	Qtd	Fixa (R\$)	Variável (R\$)	Total (R\$)	Fixa (%)	Variável (%)	Total (%)
Mulheres	7130	20.270.956	12.425.834	32.696.790	7134	19.114.132	12.194.256	31.308.388	6,05%	1,90%	4,43%
Cargos Gerenciais	412	4.099.724	4.793.685	8.893.408	410	3.815.991	4.877.440	8.693.431	7,44%	-1,72%	2,30%
Com nível Superior	1469	8.403.932	6.969.774	15.373.707	1428	7.899.908	6.944.654	14.844.562	6,38%	0,36%	3,56%
Sem nível superior	5661	11.867.024	5.456.060	17.323.084	5706	11.214.224	5.249.602	16.463.826	5,82%	3,93%	5,22%
Homens	1993	7.153.360	6.324.194	13.477.555	1950	6.746.546	6.025.736	12.772.282	6,03%	4,95%	5,52%
Cargos Gerenciais	159	2.558.683	4.077.431	6.636.114	152	2.436.134	3.903.193	6.339.328	5,03%	4,46%	4,68%
Com nível Superior	500	4.059.492	4.908.944	8.968.437	466	3.774.890	4.643.784	8.418.674	7,54%	5,71%	6,53%
Sem nível superior	1493	3.093.868	1.415.250	4.509.118	1484	2.971.656	1.381.952	4.353.609	4,11%	2,41%	3,57%
Total	9123	27.424.316	18.750.029	46.174.345	9084	25.860.678	18.219.992	44.080.670	6,05%	2,91%	4,75%

IV – a evolução comparativa dos indicadores previstos nos incisos I, II e III deste parágrafo entre o exercício findo e o exercício imediatamente anterior.

Comparativos já estão nas tabelas dos incisos.

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Hospital Mater Dei S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

Hospital Mater Dei S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas 1

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Balanços patrimoniais 7

Demonstrações dos resultados 9

Demonstrações dos resultados abrangentes 10

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 11

Demonstrações dos fluxos de caixa 12

Demonstrações do valor adicionado 13

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 14



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros(as) e Administradores(as) do
Hospital Mater Dei S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Hospital Mater Dei S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



**Shape the future
with confidence**

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Avaliação do valor recuperável de ativos de vida útil indefinida

Conforme divulgado nas notas explicativas 4.11, 5.1(g) e 15, a Companhia possui ativos não financeiros significativos, representados, principalmente, pelo ativo intangível, incluindo ágios e marcas decorrentes de combinações de negócios. Esses ativos são revisados anualmente com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas e operacionais que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável (*impairment*), sendo que ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas, incluindo o ágio, devem ser submetidos anualmente a testes de *impairment*, independente de indicativos de deterioração. A avaliação quanto à recuperabilidade desses ativos com base no valor em uso, incluindo a definição das Unidades Geradoras de Caixa (“UGC”), tem alto grau de subjetividade, assim como é baseado em diversas premissas cuja realização é afetada por projeções de mercado e cenários econômicos incertos. Mais especificamente, as premissas significativas na determinação do valor em uso se referem, principalmente, às projeções de taxa de ocupação de leitos, reajustes dos serviços hospitalares e taxa de desconto.

Devido à relevância dos saldos, o nível de incerteza e o alto grau de julgamento inerentes à determinação dos valores recuperáveis correspondentes, principalmente no que tange as premissas significativas supracitadas, consideramos este tema um assunto significativo para a auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria realizados incluíram, mas não se limitaram a:

- (a) Analisamos a definição de UGCs da diretoria;
- (b) Analisamos a avaliação da diretoria quanto à existência de indicadores de perda por redução ao valor recuperável em relação às suas UGCs, por meio de análises da conjuntura econômica e do desempenho de cada UGC no exercício;
- (c) Obtemos os fluxos de caixa descontados de cada UGC que foi testada pela diretoria e, com o envolvimento de nossos especialistas da área de finanças corporativas, avaliamos a metodologia e as premissas adotadas. Realizamos discussões com a diretoria, avaliando também se as premissas foram definidas e aplicadas de acordo com as características de cada UGC, bem como potenciais evidências contrárias de auditoria. Desafiamos as premissas-chave adotadas nas projeções de fluxo de caixa, incluindo taxa-de-ocupação de leitos, reajustes de serviços hospitalares e taxa de desconto, por meio de avaliação de evidências internas e externas, incluindo informações do setor;



Shape the future
with confidence

- (d) Conferimos a completude e cálculos matemáticos das projeções de fluxos de caixa descontados;
- (e) Avaliamos a sensibilidade do impacto sobre o os fluxos de caixa descontados resultante de possíveis e razoáveis mudanças nas premissas-chave; e
- (f) Avaliamos a suficiência das divulgações nas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas relacionadas ao valor recuperável de ativos não financeiros.

Baseados nos resultados dos procedimentos de auditoria executados, consideramos que os valores recuperáveis de ativos não financeiros mensurados pela diretoria, bem como as respectivas divulgações nas notas explicativas 4.11, 5.1(g) e 15, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, tomadas em conjunto.

Reconhecimento de receita de contratos com clientes

Conforme divulgado nas notas explicativas 4.16, 5.1(b) e 22 as receitas de contratos com clientes da Companhia decorrem da prestação de serviços hospitalares, inclusive do uso de medicamentos e materiais hospitalares. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável.

A receita é reconhecida, quando o controle e todos os direitos e benefícios decorrentes da prestação de serviços da Companhia fluem para o cliente no momento da prestação dos serviços hospitalares, por um valor que reflete a contrapartida a qual a Companhia espera ter direito, em troca de transferência de bens ou serviços para os clientes. As receitas de contratos com clientes são mensuradas pelo valor da contraprestação recebida e a receber, deduzidas de abatimentos, descontos, impostos e encargos correspondentes e provisão para glosas (componente variável).

Devido à relevância dos montantes envolvidos e às características inerentes ao processo de reconhecimento de receita, incluindo as receitas a faturar e as estimativas relacionadas à mensuração das glosas, assim como o impacto que eventuais mudanças nas premissas e estimativas utilizadas teriam sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria realizados incluíram, mas não se limitaram a:

- (a) Obtemos o entendimento dos controles internos relacionados aos processos de determinação e monitoramento de valor e quantidade de procedimentos hospitalares e momento de reconhecimento de receita;
- (b) Com base em amostragem, executamos procedimentos de exame documental até o nível da liquidação subsequente, quando aplicável, para saldo de clientes faturados;
- (c) Avaliamos o reconhecimento da receita de acordo com o progresso do serviço prestado, por meio de testes documentais para uma amostra selecionada;



**Shape the future
with confidence**

- (d) Analisamos as receitas utilizando dados agregados e desagregados para identificar relações ou movimentações dissonantes às nossas expectativas baseadas em nosso conhecimento da Companhia e da indústria na qual está inserida;
- (e) Analisamos as premissas utilizadas para determinação dos percentuais de perda com glosas, incluindo análise de perdas históricas com glosa;
- (f) Recalculamos as provisões para glosas, com base na posição de clientes em 31 de dezembro de 2025 e percentuais de perdas com glosas acatadas;
- (g) Analisamos o risco de registro da receita fora da correta competência com base no tempo médio de internação do paciente; e
- (h) Avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre esse assunto nas demonstrações financeiras.

Baseados nos resultados dos procedimentos de auditoria executados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que as políticas de reconhecimento de receitas e estimativas de perdas com glosas da Companhia adotadas pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 4.16, 5.1(b) e 22, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



**Shape the future
with confidence**

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



**Shape the future
with confidence**

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época de auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório



**Shape the future
with confidence**

porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 22 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/O

Rogério Xavier Magalhães
Contador CRC MG-080613/O

Hospital Mater Dei S.A.

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	581.485	617.103	599.130	622.581
Aplicações financeiras	8	26.328	52.735	26.328	52.735
Contas a receber de clientes	9	528.807	492.520	717.064	662.537
Estoques	10	55.405	37.092	71.785	49.757
Contas a receber de obra	11	43.195	41.357	43.195	41.357
Outros ativos circulantes		30.174	38.002	36.591	48.735
Total do ativo circulante		1.265.394	1.278.809	1.494.093	1.477.702
Não Circulante					
Contas a receber de obra	11	259.168	289.502	259.168	289.502
Depósitos judiciais	20	57.022	48.905	60.666	51.177
IR e CSLL diferidos	26	185.046	184.780	234.266	229.929
Direito de uso	12	656.660	651.479	665.852	656.637
Investimentos	13	1.067.903	799.569	11.506	14.332
Imobilizado	14	486.091	510.864	811.604	840.594
Intangível	15	28.450	28.227	730.498	730.289
Outros ativos não circulantes		-	-	45.236	50.690
Total do ativo não circulante		2.740.340	2.513.326	2.818.796	2.863.150
Total do ativo		4.005.734	3.792.135	4.312.889	4.340.852

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	16	119.560	108.484	148.566	131.914
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	96.235	50.595	112.332	75.897
Instrumentos financeiros derivativos	6.2	2.599	2.426	2.599	2.426
Arrendamentos	12	73.132	65.635	78.371	66.377
Salários e encargos sociais		45.274	39.391	66.891	57.295
Impostos e contribuições a recolher		23.922	17.141	38.519	23.818
Parcelamento de impostos	18	146	5.432	338	5.617
Aquisição de empresas a pagar	19	28.498	-	30.761	38.510
Passivo de resgate de ações	13	-	-	2.383	59.860
Outros passivos circulantes		5.236	4.210	10.346	5.710
Total do passivo circulante		394.602	293.314	491.106	467.424
Não Circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	1.259.997	1.302.304	1.290.122	1.347.024
Instrumentos financeiros derivativos	6.2	20.361	21.430	20.361	21.430
Arrendamentos	12	693.726	670.470	698.427	675.457
Parcelamento de impostos	18	-	-	508	649
IR e CSLL Diferidos	26	-	-	74.362	77.960
Aquisição de empresas a pagar	19	108.402	-	141.639	157.546
Provisão para contingências	20	58.179	49.833	110.241	107.212
Outros passivos não circulantes		5.979	6.349	8.549	9.725
Total do passivo não circulante		2.146.644	2.050.386	2.344.209	2.397.003
Patrimônio Líquido	21				
Capital social		1.301.019	1.301.019	1.301.019	1.301.019
Reserva de capital		140.898	186.035	140.898	186.035
Reservas de lucros		90.659	57.875	90.659	57.875
Ações em tesouraria		(6.303)	(16.302)	(6.303)	(16.302)
Ajuste de avaliação patrimonial		(61.785)	(80.192)	(61.785)	(80.192)
Patrimônio líquido acionista controlador		1.464.488	1.448.435	1.464.488	1.448.435
Participação dos acionistas não controladores		-	-	13.086	27.990
Total do patrimônio líquido		1.464.488	1.448.435	1.477.574	1.476.425
Total do passivo		4.005.734	3.792.135	4.312.889	4.340.852

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita de serviços hospitalares	22	1.624.432	1.460.505	2.175.285	2.226.001
Custo dos serviços prestados	23	(1.056.239)	(949.061)	(1.523.868)	(1.555.404)
Lucro bruto		568.193	511.444	651.417	670.597
Despesas e receitas operacionais:					
Despesas gerais e administrativas	23	(227.811)	(222.477)	(276.928)	(298.709)
Resultado de equivalência patrimonial	13	5.258	4.730	(1.507)	(2.430)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	24	(18.149)	(697.344)	(19.257)	(705.305)
		(240.702)	(915.091)	(297.692)	(1.006.444)
Lucro (prejuízo) antes das receitas e despesas financeiras		327.491	(403.647)	353.725	(335.847)
Receitas financeiras	25	112.972	82.442	115.628	89.616
Despesas financeiras	25	(283.297)	(208.107)	(302.268)	(252.379)
Resultado financeiro líquido		(170.325)	(125.665)	(186.640)	(162.763)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		157.166	(529.312)	167.085	(498.610)
Imposto de renda e contribuição social	26	(46.655)	190.872	(55.169)	174.706
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		110.511	(338.440)	111.916	(323.904)
Lucro (prejuízo) líquido atribuível aos:					
Acionistas controladores		110.511	(338.440)	110.511	(338.440)
Acionistas não controladores		-	-	1.405	14.536
		110.511	(338.440)	111.916	(323.904)
Lucro (prejuízo) por ação:					
Lucro (prejuízo) básico por ação (em reais)		0,33	(0,90)	-	-
Lucro (prejuízo) diluído por ação (em reais)		0,33	(0,90)	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Hospital Mater Dei S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)



	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	110.511	(338.440)	111.916	(323.904)
<i>Hedge</i> de fluxos de caixa	1.754	(36.657)	1.754	(36.657)
Imposto diferido - <i>Hedge</i> de fluxos de caixa	(596)	12.463	(596)	12.463
Total do resultado abrangente do exercício	111.669	(362.634)	113.074	(348.098)
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	111.669	(362.634)	111.669	(362.634)
Acionistas não controladores	-	-	1.405	14.536

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Hospital Mater Dei S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Capital social		Reserva de capital			Reserva de lucros					Ajuste de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores	Particip. dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido consolidado
	Integralizado	Gastos com emissão de ações	Reserva de ágio	Pagamento baseado em ações	Reserva especial de ágio Reflexo	Reserva legal	Reserva para reinvestimento	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Ações em tesouraria				
Em 31 de dezembro de 2023	1.355.182	(54.163)	370.382	31.970	(26.210)	42.761	112.978	241.315	-	(1.962)	(417.112)	1.655.141	99.083	1.754.224
Resultados abrangentes do exercício:														
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(338.440)	-	-	(338.440)	14.536	(323.904)
Hedges de fluxo de caixa, líquidos de impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(24.194)	(24.194)	-	(24.194)
Total dos resultados abrangentes do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(338.440)	-	(24.194)	(362.634)	14.536	(348.098)
Plano de opção de ações	-	-	-	8.323	-	-	-	-	-	-	-	8.323	-	8.323
Valor justo do passivo de resgate (Nota 13)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.647)	(1.647)	-	(1.647)
Baixa do passivo de resgate (Nota 13)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	363.732	363.732	-	363.732
Transações com acionistas não controladores (Nota 13)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.362)	(1.362)	-	(1.362)
Cancelamento de ações em tesouraria (Nota 21)	-	-	(198.430)	-	-	-	-	-	-	198.430	-	-	-	-
Recebimento de ações em tesouraria (Nota 21)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(153.545)	-	(153.545)	-	(153.545)
Recompra de ações em tesouraria (Nota 21)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(59.225)	-	(59.225)	-	(59.225)
(Destinação do lucro/prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	(183.117)	(155.323)	338.440	-	-	-	-	-
Destinação do lucro do exercício anterior	-	-	-	-	-	-	85.253	(85.253)	-	-	-	-	-	-
Particip. dos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	(739)	-	-	391	(348)	(85.629)	(85.977)
Em 31 de dezembro de 2024	1.355.182	(54.163)	171.952	40.293	(26.210)	42.761	15.114	-	-	(16.302)	(80.192)	1.448.435	27.990	1.476.425
Resultados abrangentes do exercício:														
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	110.511	-	-	110.511	1.405	111.916
Hedges de fluxo de caixa, líquidos de impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.158	1.158	-	1.158
Total dos resultados abrangentes do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	110.511	-	1.158	111.669	1.405	113.074
Plano de opção de ações	-	-	-	4.251	-	-	-	-	-	-	-	4.251	-	4.251
Valor justo do passivo de resgate (Nota 13)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.491	1.491	-	1.491
Transações com acionistas não controladores (Nota 13)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.758	15.758	-	15.758
Cancelamento de ações em tesouraria (Nota 21)	-	-	(49.388)	-	-	-	-	-	-	49.388	-	-	-	-
Recompra de ações em tesouraria (Nota 21)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(39.389)	-	(39.389)	-	(39.389)
Particip. dos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	(2.447)	-	-	-	(2.447)	(16.309)	(18.756)
Destinação do lucro do exercício	-	-	-	-	-	5.526	-	44.819	(50.345)	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(15.114)	-	(60.166)	-	-	(75.280)	-	(75.280)
Em 31 de dezembro de 2025	1.355.182	(54.163)	122.564	44.544	(26.210)	48.287	-	42.372	-	(6.303)	(61.785)	1.464.488	13.086	1.477.574

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Notas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa provenientes das operações				
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	110.511	(338.440)	111.916	(323.904)
Ajustes para conciliar o resultado do exercício ao caixa líquido				
Depreciação e amortização	12, 14 e 15	86.448	71.276	111.105
Perda na baixa do ativo imobilizado e intangível	14 e 15	8.245	1.347	5.558
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	9	8.708	16.813	17.560
Constituição de provisão para glosas	9	22.687	43.827	37.628
Constituição (reversão) de provisão e atualiz. monet. de contingências	24 e 25	8.757	(81.183)	9.101
Provisão do pagamento baseado em ações	21	4.251	8.323	4.251
Resultado de equivalência patrimonial	13	(5.258)	(4.730)	1.507
Resultado com derivativos	25	11.545	(1.111)	11.545
Rendimentos de aplicações financeiras	25	(82.757)	(39.204)	(83.471)
Receitas (Despesas) financeiras líquidas	25	235.844	174.257	251.724
Constituição de parcelamento de impostos	18	-	938	-
Resultado líquido na alienação de investimentos	2	-	754.264	-
Provisão para IR e CSLL diferido	26	(861)	(191.155)	(9.108)
		408.120	415.222	469.316
Variação nos ativos e passivos operacionais				
Contas a receber		(69.411)	(135.471)	(112.174)
Estoques		(18.313)	(4.491)	(22.028)
Outros ativos		6.566	974	13.859
Depósitos judiciais		(8.117)	(1.566)	(9.489)
Fornecedores		16.195	10.514	22.804
Salários e encargos sociais		4.963	1.589	8.315
Impostos e contribuições a recolher		37.905	7.329	54.168
Parcelamento de impostos		(5.597)	(6.772)	(5.794)
Variação das contas operacionais de ativo alienado		-	-	-
Outros passivos		(4.367)	(4.046)	(4.102)
		(40.176)	(131.940)	(54.441)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(31.124)	(815)	(39.467)
Juros pagos		(138.316)	(136.339)	(151.075)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		198.504	146.128	224.333
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	14	(31.229)	(155.893)	(47.569)
Aquisição de intangíveis	15	(12.662)	(11.163)	(13.351)
Ativos e reembolsos de obras a executar	11	-	(13.381)	-
Aporte de capital e AFAC em controladas e investidas	13	(117.390)	(92.258)	-
Aquisição de controladas e investidas	13 e 19	-	-	(35.178)
Alienação de investimentos	2	-	401.261	-
Caixa adquirido (alienado) de combinação (desinvestimento) de negócios	2	-	-	(12.541)
Aplicações financeiras resgatadas	8	109.164	68.256	109.878
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento		(52.117)	196.822	13.780
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	17	700.000	206.893	700.000
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	17	(742.807)	(26.179)	(765.908)
Pagamentos de arrendamentos		(23.843)	(20.362)	(24.822)
Liquidação de derivativos	6.2	(10.686)	(836)	(10.686)
Compra de ações em tesouraria	21	(39.389)	(59.225)	(39.389)
Aporte de capital realizado por minoritários	13	-	-	-
Aquisição de participação minoritária de controlada	13	-	-	(55.986)
Dividendos pagos		(75.280)	(28.418)	(75.280)
Dividendos recebidos	2 e 13	10.000	-	10.507
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		(182.005)	71.873	(261.564)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(35.618)	414.823	(23.451)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	617.103	202.280	622.581
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8	581.485	617.103	599.130
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(35.618)	414.823	(23.451)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas				
Receita bruta de serviços hospitalares	1.824.520	1.641.422	2.442.297	2.517.018
Deduções da receita	(84.195)	(75.338)	(116.426)	(135.271)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(8.708)	(16.813)	(17.560)	(26.648)
Outras receitas (Outras despesas)	(6.396)	(753.437)	220	(753.108)
	1.725.221	795.834	2.308.531	1.601.991
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo dos serviços prestados	(646.685)	(580.480)	(921.885)	(921.752)
Serviços de terceiros, energia e outros	(112.310)	(104.147)	(151.182)	(167.819)
Valor adicionado bruto	966.226	111.207	1.235.464	512.420
Outras receitas(despesas) operacionais	(3.045)	72.906	(1.917)	74.451
Depreciação e amortização	(86.448)	(71.276)	(111.105)	(109.041)
Valor adicionado líquido produzido	876.733	112.837	1.122.442	477.830
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	5.258	4.730	(1.507)	(2.430)
Receitas financeiras	112.972	82.442	115.628	89.616
Valor adicionado total a distribuir	994.963	200.009	1.236.563	565.016
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Salários e ordenados	251.679	237.538	345.766	368.619
Benefícios	33.175	33.179	51.417	54.000
FGTS	18.413	19.065	28.005	31.801
Férias, 13º salário e encargos	58.901	52.816	84.511	86.105
	362.168	342.598	509.699	540.525
Impostos, taxas e contribuições				
INSS	65.322	61.707	90.929	98.811
Federais	113.273	(129.724)	144.227	(82.664)
Estaduais/Municipais	49.275	44.431	61.528	63.704
	227.870	(23.586)	296.684	79.851
Remuneração de capitais de terceiros				
Aluguéis	11.117	11.330	15.996	16.165
Juros e variações cambiais	283.297	208.107	302.268	252.379
	294.414	219.437	318.264	268.544
Remuneração de capital próprio				
Dividendos distribuídos	60.166	-	60.166	-
Lucros (Prejuízos) retidos do exercício	50.345	(338.440)	51.750	(323.904)
	110.511	(338.440)	111.916	(323.904)
Valor adicionado distribuído	994.963	200.009	1.236.563	565.016

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Informações gerais

1.1. Contexto operacional

O Hospital Mater Dei S.A. ("Mater Dei" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, listada no segmento Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código "MATD3", com sede social na cidade de Belo Horizonte no Estado de Minas Gerais. O Mater Dei foi fundado em 1980 e, em 2025, completou seus 45 anos de vasta experiência no setor de assistência médica. Construiu uma sólida posição no mercado em que atua, consolidando a sua reconhecida marca, "Mater Dei", e tornando seu nome uma referência da mais alta qualidade.

A Companhia e suas controladas ("Grupo" ou "Rede Mater Dei") operam nove hospitais no total e possuem capacidade instalada acima de 2.200 leitos hospitalares em suas unidades localizadas na Região Metropolitana de Belo Horizonte ("RMBH") e nas cidades de Uberlândia, Goiânia, Salvador e Feira de Santana.

A sua primeira unidade hospitalar, em Belo Horizonte, foi inaugurada em 1980. Em 2000, o Mater Dei inaugurou o Bloco II da Unidade Santo Agostinho. Após 14 anos, foi inaugurada a segunda unidade, também em Belo Horizonte, o Mater Dei Contorno e em 2019 foi inaugurada a unidade em Betim-Contagem. A partir de então a Companhia, pensando em uma expansão para além da RMBH iniciou a construção em Salvador/BA, a sua primeira unidade fora do estado de Minas Gerais, inaugurada em 2022. Em 2021 a Companhia realizou seu IPO, possibilitando dar segmento à sua estratégia de expansão, principalmente através de aquisições.

Após a abertura de capital, a Companhia adquiriu unidades hospitalares nos estados do Pará, Minas Gerais, Bahia e Goiás aumentando significativamente o número de leitos disponíveis. No ano de 2024, a Companhia alienou sua operação no estado do Pará (conforme nota explicativa 2) e inaugurou a nona unidade hospitalar, o Mater Dei Nova Lima, localizada na região metropolitana de Belo Horizonte com a capacidade instalada de 117 leitos. Em agosto de 2025, a Companhia inaugurou o Centro Médico de Mariana/MG, em parceria com a Vale, com propósito de oferecer atendimento médico ambulatorial de qualidade.

Além das unidades hospitalares, a Companhia detém participação na A3Data Consultoria S.A., uma empresa especializada em dados e inteligência artificial, com foco na transformação cultural e analítica de empresas. Com métodos próprios consolidados e visão de negócio, seus projetos geram grande impacto nas organizações, líderes em seus segmentos, voltados para o aumento da receita, redução de custos e melhora na satisfação dos clientes.

Os dados operacionais quantitativos citados nessa nota não foram escopo de revisão dos auditores independentes.

1.2. Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, aqui apresentadas sob os títulos de Controladora e Consolidado, respectivamente, foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis internacionais ("IFRS accounting standards"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Companhia considerou as orientações emanadas da orientação técnica OCPC 07 na preparação destas informações contábeis. Assim, todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras anuais foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas nas respectivas notas.

a) Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração.

Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

1.3. Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão e divulgação dessas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 20 de março de 2026.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Desinvestimento no Grupo Porto Dias

A Companhia celebrou no dia 30 de maio de 2024, o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças ("CCVA"), por meio do qual se comprometeu a alienar a totalidade da sua participação, equivalente à 70% do capital social da Centro Saúde Norte S.A. ("CSN"), controladora integral dos negócios do Hospital Porto Dias ("Grupo Porto Dias"). Diante desse fato, a Administração realizou o reconhecimento do impairment nas demonstrações interinas de 30 de setembro de 2024. A operação de venda foi concluída no dia 16 de setembro de 2024.

O preço da alienação foi composto por R\$401.261 em dinheiro e 27.272.728 ações da própria Companhia que pertenciam aos compradores, no valor de R\$153.545, mensuradas a cotação ponderada média dos últimos 30 pregões contados da data de assinatura do CCVA.

Com a conclusão da Operação, a Rede Mater Dei encerrou suas atividades junto ao complexo do Hospital Porto Dias, restando apenas um saldo de dividendos a receber no valor de R\$10.000, que foi recebido integralmente no dia 15 de abril de 2025. A Operação reforça a disciplina financeira da Companhia, através do ajuste de portfólio em um momento de desafios do setor, diminuindo a exposição à riscos e fortalecendo a posição de caixa, melhora na gestão de capital de giro e estrutura de capital.

Para o reconhecimento dos saldos em 16 de setembro de 2024, a CSN seguiu os critérios e premissas adotadas e disponibilizados pela Companhia.

O reconhecimento do resultado da venda do investimento na CSN foi realizado na rubrica de "Outras receitas/despesas operacionais", conforme demonstrado a seguir:

Valor da transação	554.806
Custo do investimento:	
Patrimônio Líquido (70%) CSN	(208.543)
Ágio	(1.056.113)
Ativo indenizável	(44.414)
Total do custo com investimento	(1.309.070)
Resultado líquido da alienação de investimento	(754.264)

Segue a composição do ativo e passivo disponível para venda da controlada CSN a valor justo em 16 de setembro de 2024 quando a operação foi concluída:

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo		Passivo	
Circulante		Circulante	
Caixa e Equivalentes de Caixa	12.541	Fornecedores	14.480
Aplicação financeira	15.036	Arrendamento	18.798
Contas a receber de clientes	291.562	Salários e encargos sociais	22.161
Estoques	16.619	Impostos e contribuições a recolher	20.668
Outros ativos circulantes	7.190	Dividendos a pagar	14.286
Total do ativo circulante	342.948	Outros passivos circulantes	3.708
		Total do passivo circulante	94.101
Não circulante		Não circulante	
Depósitos judiciais	3.509	Arrendamento	188.256
IR e CSLL diferidos	13.026	Provisão para contingências	62.897
Direito de uso	175.828	Total do passivo não circulante	251.153
Imobilizado	33.632		
Intangível	69.859		
Outros ativos não circulantes	4.371		
Total do ativo não circulante	300.225		
		Patrimônio líquido	297.919
Total do ativo	643.173	Total do passivo	643.173

3. Resumo das políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1. Conversão de moeda estrangeira

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional e de apresentação da Rede Mater Dei.

b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais estão relacionados com ativos e passivos financeiros apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.2. Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantinha participação nas seguintes controladas diretas, indiretas e empreendimento controlado em conjunto:

Investidas diretas	Influência	31/12/2025	31/12/2024
		% Participação	% Participação
RMDS Participações S.A. ("RMDS")	Controlada	100%	100%
RMDSSG Participações S.A. ("RMDSSG")	Controlada	100%	100%
GPDMater Participações Ltda. ("GPDMater")	Controle conjunto	70%	70%
A3Data Consultoria S.A. ("A3Data")	Controle conjunto	50,01%	50,1%

Investidas indiretas	Influência	31/12/2025	31/12/2024
		% Participação	% Participação
Hospital Santa Genoveva Ltda. ("HSG")	Controlada	99,75%	99,75%
Centro de Tomografia Computadoriza de Uberlândia Ltda. ("CDI")	Controlada	100%	100%
Clínica de Diagnóstico Cardiovasculares de Uberlândia Ltda. ("Cardio")	Controlada	100%	100%
Hospital Mater Dei Goiânia ("HMDG") (i)	Controlada	98,56%	98,50%
EMEC Empreendimentos Médico Cirúrgicos Ltda. ("EMEC")	Controlada	98,70%	98,70%
Hospital e Maternidade Santa Clara Ltda. ("HSC")	Controlada	98,98%	75,13%
Serviço Hospitalar de Oxigenoterapia Hiperbárica Santa Genoveva Ltda. ("Hiperbárica")	Controle conjunto	50%	50%
Centru - Centro De Tratamento Urológico Ltda. ("Centru")	Controle conjunto	50%	50%

(i) Em 2024, o Instituto de Cirurgia Plástica e Oftalmologia Ltda., anteriormente conhecido como "Premium", passou a adotar nome fantasia de Hospital Mater Dei Goiânia ("HMDG").

a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais o Mater Dei detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos (inclusive os contingentes) assumidos na aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, não reconhecendo a parcela proporcional da participação minoritária no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

O ágio resultante de uma combinação de negócios, classificados como de vida útil indefinida, é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver. Conforme orientação do ICPC 09 (R1), o ágio e o saldo de mais valia foram classificados no grupo de "Investimentos", no balanço individual e no consolidado é reclassificado para o grupo de "Intangível".

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas consolidadas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Mater Dei.

b) Transações com participações de não controladores

A Companhia trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Mater Dei. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido.

c) Perda de controle em controladas

Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido. A partir da data em que o Grupo perde o controle não há mais consolidação dos saldos dos investimentos no resultado ou na posição patrimonial nas demonstrações financeiras consolidadas.

d) Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle. Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento do Grupo em coligadas inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por impairment acumulada.

A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de suas coligadas é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas do Grupo. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo e suas coligadas são eliminados na proporção da participação do Grupo. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

4.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

4.4. Ativos financeiros

4.4.1. Classificação

A Rede Mater Dei classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes.

4.4.2. Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Rede Mater Dei tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

4.4.3. Mensuração

No reconhecimento inicial, a Rede Mater Dei mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

4.4.4. Impairment

A Rede Mater Dei avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Rede Mater Dei aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

4.4.5. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

4.4.6. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos (perdas) líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros.

A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas).

4.5. Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo.

4.6. Atividades de hedge

No início de um relacionamento de *hedge*, a Companhia, formalmente, designa e documenta a relação de *hedge* a qual deseja aplicar a contabilidade de *hedge*, o objeto e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o *hedge*. As movimentações nos valores de *hedge* referente ao valor de mercado, líquido dos efeitos de IR e CSLL diferidos, são classificados na conta "Outros resultados abrangentes" no patrimônio líquido.

4.7. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades. A Companhia e suas controladas mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo valor amortizado, deduzidas das provisões para crédito de liquidação duvidosa e provisão de glosas.

a) Glosas

A Rede Mater Dei está exposta a perdas devido às glosas de contas a receber. As glosas consistem em perdas de transações decorrentes de companhias operadoras, seguradoras, autarquias, autogestões e administradoras de planos de saúde, que questionam as contas alegando não serem devidas, parcial ou totalmente. As provisões para esses itens representam a estimativa de perdas futuras com base na experiência histórica. As provisões para glosas são registradas como redução de receita.

Historicamente, as perdas reais têm sido consistentes com as provisões estimadas. No entanto, futuras mudanças adversas em relação ao histórico de glosas podem ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras.

4.8. Estoques

Os estoques são compostos, principalmente, por materiais hospitalares, drogas e medicamentos, órteses, próteses e materiais especiais e são avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o seu valor de mercado. Dada a natureza dos estoques, a Administração efetua a baixa dos itens vencidos ou obsoletos.

4.9. Ativos intangíveis

Atualmente, a Rede Mater Dei concentra seus ativos intangíveis em licenças de uso de software. As licenças de uso de *software* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada das licenças de uso de *software* de um a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de licença de uso de *software* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de licença de uso de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Rede Mater Dei, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento, implantação e aprimoramento de *softwares*. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*, caso aplicável.

4.10. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, caso aplicável. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, em 31 de dezembro de 2025, como segue:

	Anos
Imóveis	25
Benfeitorias em imóveis	25
Equipamentos e aparelhos hospitalares	10
Móveis, utensílios e informática	5 a 10
Outros	5 a 22

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 4.11).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com

o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

4.11. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

4.12. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante, na rubrica de "outros passivos não circulantes". As contas a pagar no circulante e não circulante são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço.

4.13. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

4.14. Provisões para contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.15. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia e suas controladas, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

4.16. Reconhecimento da receita

a) Receita de preparação de serviços

O pronunciamento CPC 47 - Receita de Contrato com o Cliente (IFRS 15) estabelece um modelo de cinco etapas para a contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. As receitas da Rede Mater Dei decorrem da prestação de serviços hospitalares, inclusive do uso de medicamentos e materiais hospitalares. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Rede Mater Dei e quando possa ser mensurada de forma confiável, ou seja, no momento da prestação dos serviços hospitalares.

A receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito, em troca de prestação de serviços para um cliente. As receitas de contratos com clientes são mensuradas pelo valor da contraprestação recebida e a receber, deduzidas de abatimentos, descontos, impostos e encargos correspondentes e provisão para glosas (componente variável), somado ao fato de que o controle e todos os direitos e benefícios decorrentes da prestação de serviços da Rede Mater Dei fluem para o cliente no momento da prestação dos serviços hospitalares.

A Rede Mater Dei avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como intermediário ou principal e, conclui que atua como principal em todos os seus contratos de receita, porque normalmente controla os serviços antes de transferi-los para o cliente.

b) Componentes de financiamento

A Rede Mater Dei não prevê ter contratos nos quais haja um período longo entre a transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente e o pagamento por parte do último. Como consequência, a Rede Mater Dei não ajusta os preços de transação em relação ao valor do dinheiro no tempo.

4.17. Arrendamentos

a) Arrendamentos a pagar e direito de uso

A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que os contratos apresentem as características que estão no alcance da isenção da norma (Nota 12).

Os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pela Rede Mater Dei. Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento. O ativo de direito de uso é amortizado ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor.

Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

A Rede Mater está exposta a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é remensurado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso.

b) Arrendamentos a receber

A receita com arrendamentos operacionais, quando a Rede Mater Dei atua como arrendador, é reconhecida pelo método linear como receita durante o período do arrendamento. Os custos diretos iniciais incorridos na obtenção de um arrendamento operacional são adicionados ao valor contábil do ativo subjacente e reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento, na mesma base que a receita de arrendamento.

4.18. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. É permitida também a distribuição de dividendos intercalares durante o exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

4.19. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

As normas indicadas abaixo entraram em vigor em 2025. A Companhia avaliou a adoção e informa que não teve impacto nas Demonstrações Financeiras (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

- Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial: em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. As alterações passaram a vigorar para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. A Companhia avaliou os impactos das alterações na prática atual e informa que não teve impacto nas Demonstrações Financeiras.
- Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de

Contabilidade: Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo *Lack of Exchangeability* emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. A Companhia avaliou os impactos das alterações na prática atual e informa que não teve impacto nas Demonstrações Financeiras.

4.20. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- IFRS S1 e S2: Estabelece a estrutura para a divulgação de riscos e oportunidades sustentáveis, e a IFRS S2 (Divulgações Relacionadas ao Clima), focada em riscos físicos e de transição climática. Em conformidade com o cenário regulatório brasileiro, especificamente a Resolução CVM nº 193/23 e a Resolução CFC nº 1.710/23, a Administração está em processo de avaliação dos impactos que a adoção dessas normas terá em suas divulgações futuras, visando atender aos cronogramas de obrigatoriedade e elevar o nível de transparência sobre os fatores ESG (Ambientais, Sociais e de Governança) que podem afetar o valor da entidade a longo prazo.
- IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício. Também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (*Primary Financial Statements* (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas só entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está avaliando os impactos que as alterações terão na prática atual para adotá-la quando esta entrar em vigor.

- IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações: em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. A Companhia avaliou os impactos que as alterações terão na prática atual e não identificamos necessidade de adequação.
- Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: Em maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 and IFRS 7 – Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação. As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas. A Companhia avaliou os impactos das alterações na prática atual e informa que não teve impacto nas Demonstrações Financeiras.

5. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

5.1. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

a) Perda (*impairment*) de ativos financeiros

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Administração aplica julgamento para estabelecer

essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

Adicionalmente, a Administração avalia continuamente a recuperabilidade dos ativos de indenização relativos a passivos assumidos em combinações de negócios. Parte substancial desses valores estão amparados por garantias através da retenção de parcelas do preço de aquisição ou por valores a pagar à parte indenizadora que poderão eventualmente ser compensados com as indenizações a receber. Para as parcelas não garantidas, a Administração avalia continuamente a qualidade do crédito em relação a essas contrapartes e considerando que são pulverizados, estima que não incorrerá em perdas substanciais na realização dos mesmos.

b) Glosas de contas a receber

Os saldos de contas a receber contêm componente variável relacionado às glosas, que decorrem de questionamentos por parte de clientes em relação às contas hospitalares, alegando não serem devidas, parcial ou totalmente. As provisões de glosas são reconhecidas com base na experiência histórica, o que envolve o exercício de certo grau de julgamento para estabelecer o prazo após o qual as tratativas de negociação tornam a recuperação das glosas improvável.

c) Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos judiciais e administrativos, bem como possui outros riscos contingentes. As provisões constituídas representam perdas prováveis com base na avaliação da probabilidade de perda realizada pela Administração, a qual inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião de seus consultores jurídicos externos. O desfecho desses processos poderá divergir dos prognósticos esperados considerados pela Administração.

d) Taxa incremental do arrendamento

A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

A taxa incremental sobre o arrendamento é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato.

A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental do arrendamento.

e) Valor justo do contas a pagar de aquisição de empresas

A Companhia realizou o julgamento de valor justo no reconhecimento inicial das obrigações a pagar de aquisições de empresas para as taxas contratadas inferiores ao praticado no mercado. A mensuração se baseou no fluxo de caixa das obrigações, utilizando taxas observáveis no mercado para trazer a valor presente.

f) Valor justo do *hedge accounting*

A Companhia utiliza instrumentos financeiros, como contratos de *SWAP* de taxa de juros, para se proteger contra riscos da oscilação das taxas de juros. Esses instrumentos derivativos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, remensurados ao valor justo.

Os derivativos são registrados no ativo quando o valor justo é positivo e no passivo quando negativo. Para fins de contabilização de um *hedge*, os instrumentos de proteção são classificados como:

- (i) *Hedge* de valor justo, quando destinados à proteção da exposição a alteração no valor justo de um ativo ou passivo reconhecido ou de um compromisso firme;
- (ii) *Hedge* de fluxo de caixa, quando destinados à proteção da exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável, ou ao risco de moeda estrangeira em um compromisso firme não reconhecido; ou
- (iii) *Hedge* de um investimento líquido em uma operação no exterior.

No início de um relacionamento de *hedge*, a Companhia formalmente designa e documenta a relação de *hedge* a qual deseja aplicar a contabilidade de *hedge* e o objeto e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o *hedge*. As movimentações nos valores de *hedge* classificados na conta "Outros resultados abrangentes" no patrimônio líquido estão demonstradas na Nota 21.

g) *Impairment* de imobilizado e intangível

Os ativos não amortizáveis relativos ao ágio e à marca são alocados à Unidade Geradora de Caixa (UGC) do Grupo, a qual é parte do único segmento operacional. O valor recuperável dessa UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos consideraram projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração e projeções internas de longo prazo. A Companhia utiliza uma taxa de desconto (WACC) e a taxa de crescimento esperada pelo setor em conformidade com estudos realizados pela Administração.

A Administração aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

h) Recuperabilidade dos impostos diferidos

Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

5.2. Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis

a) Reconhecimento de receita de serviços hospitalares

A receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito, em troca de prestação de serviços para um cliente. O valor da receita líquida leva em conta a dedução dos abatimentos, descontos e impostos correspondentes e estimativa de glosas, que são comuns na prestação dos serviços hospitalares.

b) Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro (IFRIC 23/ ICPC 22)

O Grupo adota certas posições fiscais na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido que acredita estarem de acordo com a legislação vigente e cuja análise atual de prognóstico, com base em avaliação do departamento jurídico interno da Companhia, amparada por opinião de assessores jurídicos externos, e que, portanto, provavelmente serão aceitas em decisões de tribunais superiores de última instância. Contudo, a determinação final é incerta e depende de fatores não controlados pelo Grupo, como mudanças na jurisprudência e alterações nas leis e regulamentos tributários, o que pode resultar em as autoridades fiscais não concordarem com um ou mais destes procedimentos.

6. Gestão de risco financeiro

6.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Rede Mater Dei as expõem a diversos riscos financeiros, tais como, risco de taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia e suas controladas usam instrumentos financeiros derivativos (*swap* para fins de *hedge* de fluxo de caixa) para proteger exposições a risco. A gestão de risco é realizada pela Diretoria da Rede Mater Dei, de forma que haja a identificação, avaliação e proteção contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais.

As descrições a seguir sumarizam a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Rede Mater Dei administra sua exposição.

i) Risco cambial

O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade.

Em 31 de dezembro de 2025, a Rede Mater Dei não possuía ativos e passivos contratuais em que estaria exposta ao risco cambial.

ii) Risco de taxa de juros

O principal risco de taxa de juros decorre dos empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo com taxas variáveis, expondo a Rede Mater Dei ao risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros. Os principais contratos de dívida estão atrelados à taxa do CDI e TJLP e variação da inflação pelo índice do IPCA. Para os contratos em IPCA, a Companhia contratou o instrumento financeiro de *swap*, ficando exposta a variação do CDI.

iii) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado, instrumentos financeiros derivativos favoráveis, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto e valores a receber a título de indenização de acionistas vendedores em conexão com as condições de negócios, caso não tenha ocorrido retenção de caixa na transação.

A Companhia e suas controladas atuam apenas com bancos e instituições financeiras de primeira linha. A Diretoria avalia, de forma frequente, a qualidade do crédito dos clientes, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. No caso de constatação de risco iminente de não realização desses ativos, a Rede Mater Dei reconhece uma provisão para apresentá-los a seu valor recuperável líquido.

A Administração não espera perda decorrente de inadimplência de clientes superior ao valor já provisionado conforme política da Companhia.

Impairment de ativos financeiros

Os seguintes ativos financeiros estão sujeitos ao modelo de perdas de crédito esperadas:

- Contas a receber de clientes e ativos de contrato decorrentes de serviços hospitalares; e
- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- Ativos de indenização classificados em “Outros ativos não circulantes”.

Contas a receber de clientes e ativos de contratos

Parcela significativa da receita operacional bruta da Rede Mater Dei decorre de pagamentos feitos por companhias operadoras, seguradoras, autarquias, autogestões e administradoras de planos de saúde.

A Rede Mater Dei aplica a abordagem simplificada do IFRS 9/CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todo o contas a receber de clientes e ativos de contratos.

Para mensurar as perdas de crédito esperadas, o contas a receber de clientes e os ativos de contratos foram agrupados com base nas características compartilhadas de risco de crédito e nos dias de atraso. Os ativos de contratos se relacionam a atendimentos em andamento que não foram faturados e possuem essencialmente as mesmas características de riscos das contas a receber de clientes para os mesmos tipos de contratos. Portanto, a Rede Mater Dei concluiu que as taxas de perdas esperadas para o contas a receber de clientes representam uma aproximação razoável das taxas de perda para os ativos de contratos.

Para fins de cálculo de provisionamento a Rede Mater Dei controla seu contas a receber de clientes em (i) recursos de glosa, que são as glosas realizadas pelos clientes, das quais a Rede Mater Dei entra com o recurso pleiteando o recebimento, e (ii) recebíveis de clientes, que são créditos provenientes dos serviços particulares prestados aos pacientes.

No caso do provisionamento de créditos de liquidação duvidosa referente a inadimplência são feitas análises com dados históricos os quais são monitorados para definição de critério para provisionamento. Tais provisões são contabilizadas no grupo de “Outras receitas (despesas) operacionais”.

iv) Risco de liquidez

A Diretoria monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia e suas controladas para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Rede Mater Dei e o cumprimento de cláusulas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controladora	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2025				
Fornecedores	119.560	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	195.388	319.103	381.035	1.132.122
Instrumentos financeiros e derivativos	11.315	5.632	3.819	2.327
Arrendamentos	81.762	84.104	169.569	1.799.967
Parcelamento de impostos	146	-	-	-
Aquisição de empresas a pagar	30.073	57.962	48.865	-
Em 31 de dezembro de 2024				
Fornecedores	108.484	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	195.979	712.223	528.537	498.080
Instrumentos financeiros e derivativos	4.145	7.349	9.004	3.359
Arrendamentos	73.215	75.615	157.305	1.793.345
Parcelamento de impostos	5.667	-	-	-
Consolidado	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2025				
Fornecedores	148.566	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	215.737	345.792	389.510	1.132.122
Instrumentos financeiros e derivativos	11.315	5.632	3.819	2.327
Arrendamentos	84.427	86.769	172.302	1.809.529
Parcelamento de impostos	338	112	232	197
Aquisição de empresas a pagar	32.336	88.273	51.795	-
Em 31 de dezembro de 2024				
Fornecedores	131.914	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	227.161	749.598	546.391	498.080
Instrumentos financeiros e derivativos	4.145	7.349	9.004	3.359
Arrendamentos	74.050	76.352	158.646	1.803.500
Parcelamento de impostos	5.790	144	331	270
Aquisição de empresas a pagar	32.292	167.890	27.992	-

v) Análise de sensibilidadea) Exposição da taxa de juros

Apresentamos, a seguir, o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos empréstimos, financiamentos e debêntures com encargos financeiros variáveis, tais como CDI, TJLP e contas a pagar de aquisição de empresas com exposição em CDI e IPCA, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Rede Mater Dei, com o cenário provável (cenário base), segundo avaliação efetuada pela Administração.

Para a realização da análise de sensibilidade foram utilizados como premissa de estimativas para o cenário provável, os indicadores macroeconômicos estimados para 31 de dezembro de 2025, conforme divulgado pelo Banco Central do Brasil publicado em 16 de janeiro de 2026. As dívidas atreladas a taxas pós-fixadas, foram consideradas para essa análise de sensibilidade como a variável de risco. Assim, a Rede Mater Dei estima no cenário provável as taxas anuais TJLP em 8,45%, a média do CDI em 13,42% e IPCA em 4,03%. O “Cenário possível” contempla um aumento

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de 25% nas taxas em questão e o “Cenário remoto” um aumento de 50%.

Controladora	Em 31 de dezembro 2025			
	Valor contábil	Cenário provável	+ 25%	+ 50%
<i>Variação da dívida</i>				
Empréstimo em TJLP (Nota 17)	34.325	34.253	34.977	35.701
Empréstimo em IPCA (Nota 17)	372.438	382.836	386.696	390.555
Empréstimos, debêntures e derivativos em CDI (i)	975.169	960.707	992.931	1.025.155
Aquisição de empresas em CDI (Nota 19)	88.035	86.729	89.638	92.547
Aquisição de empresas em IPCA (Nota 19)	48.865	50.229	50.736	51.242
	1.518.832	1.514.754	1.554.978	1.595.200
<i>Variação das aplicações financeiras</i>				
CDI (Nota 8)	(605.303)	(596.327)	(616.329)	(636.331)
Exposição líquida	913.529	918.427	938.649	958.869
 Variação da TJLP		(72)	652	1.376
Variação da IPCA		11.764	16.130	20.495
Variação do CDI		(6.791)	8.339	23.471
 Efeito da exposição (ganho) perda		4.901	25.121	45.342

(i) A Companhia possui empréstimos em IPCA para os quais foram contratos swap trocando a taxa de atualização de IPCA para CDI. Para mais detalhes, vide as notas explicativas 6.2 e 17.

Consolidado	Em 31 de dezembro 2025			
	Valor contábil	Cenário provável	+ 25%	+ 50%
<i>Variação da dívida</i>				
Empréstimo em TJLP (Nota 17)	34.325	34.253	34.977	35.701
Empréstimo em IPCA (Nota 17)	372.438	382.836	386.696	390.555
Empréstimos, debêntures e derivativos em CDI (i)	1.021.391	1.006.243	1.039.995	1.073.747
Aquisição de empresas em CDI (Nota 19)	118.322	116.566	120.476	124.386
Aquisição de empresas em IPCA (Nota 19)	54.078	55.588	56.148	56.709
	1.600.554	1.595.486	1.638.292	1.681.098
<i>Variação das aplicações financeiras</i>				
CDI (Nota 8)	(621.668)	(612.447)	(632.990)	(653.532)
Exposição líquida	978.886	983.039	1.005.302	1.027.566
 Variação da TJLP		(72)	652	1.376
Variação do IPCA		11.909	16.329	20.749
Variação do CDI		(7.683)	9.435	26.554
 Efeito da exposição (ganho) perda		4.154	26.416	48.679

(i) A Companhia possui empréstimos em IPCA para os quais foram contratos swap trocando a taxa de atualização de IPCA para CDI. Para mais detalhes, vide as notas explicativas 6.2 e 17.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controladora	Em 31 de dezembro 2024			
	Valor contábil	Cenário provável	+ 25%	+ 50%
<i>Variação da dívida</i>				
	50.214			
Empréstimo em TJLP (Nota 17)		50.456	51.385	52.314
Empréstimo em IPCA (Nota 17)	390.362	391.229	396.170	401.112
Empréstimos e derivativos em CDI (Nota 17)	939.847	960.767	995.297	1.029.827
	<u>1.380.423</u>	<u>1.402.452</u>	<u>1.442.852</u>	<u>1.483.253</u>
<i>Variação das aplicações financeiras</i>				
CDI (Nota 8)	(668.089)	(682.961)	(707.506)	(732.052)
Exposição líquida	<u>712.334</u>	<u>719.491</u>	<u>735.346</u>	<u>751.201</u>
Variação da TJLP		242	1.171	2.101
Variação do IPCA		867	5.808	10.750
Variação do CDI		6.049	16.034	26.018
Efeito da exposição (ganho) perda		<u>7.158</u>	<u>23.013</u>	<u>38.869</u>
Consolidado	Em 31 de dezembro 2024			
	Valor contábil	Cenário provável	+ 25%	+ 50%
<i>Variação da dívida</i>				
	50.214	50.456	51.385	52.314
Empréstimo em TJLP (Nota 17)		50.456	51.385	52.314
Empréstimo em IPCA (Nota 17)	390.362	391.229	396.170	401.112
Aquisição de empresas em CDI (Nota 19)	136.092	139.121	144.121	149.121
Aquisição de empresas em IPCA (Nota 19)	59.964	60.097	60.856	61.615
Empréstimos e derivativos em CDI (Nota 17)	1.008.243	1.030.685	1.067.727	1.104.770
	<u>1.644.875</u>	<u>1.671.588</u>	<u>1.720.259</u>	<u>1.768.932</u>
<i>Variação das aplicações financeiras</i>				
CDI (Nota 8)	(671.900)	(686.866)	(711.552)	(736.238)
Exposição líquida	<u>972.975</u>	<u>984.722</u>	<u>1.008.707</u>	<u>1.032.694</u>
Variação da TJLP		242	1.171	2.101
Variação do IPCA		1.000	6.701	12.401
Variação do CDI		4.457	21.814	39.171
Efeito da exposição (ganho) perda		<u>5.699</u>	<u>29.686</u>	<u>53.673</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6.2. Instrumentos financeiros derivativos

a) Hedge accounting

Em 2022, a Companhia contratou instrumento financeiro derivativo (*swap*) no valor de R\$268.564 para proteção da oscilação das taxas de juros do financiamento junto ao BNB, trocando IPCA + 1,0264% a.a. (considerado o bônus de adimplência) por CDI menos 4,94% a.a. Para o desembolso adicional, ocorrido em 25 de julho de 2022, no valor de R\$52.686, foi firmado contrato de *swap* complementar, trocando IPCA + 1,0264% a.a. (considerado o bônus de adimplência) por CDI menos 4,50% a.a..

Em 2023, foi firmado contrato de swap da parcela adicional recebida em 2023 do financiamento da Companhia junto ao BNB no valor de R\$70.699, trocando IPCA + 1,0264% a.a. (considerado o bônus de adimplência) por CDI menos 4,05% a.a..

	Controladora e consolidado 31/12/2025	Controladora e consolidado 31/12/2024
Passivo		
Contrato de <i>Swap</i>	22.960	23.856
Total	22.960	23.856
 Circulante	 2.599	 2.426
Não Circulante	20.361	21.430

A movimentação dos instrumentos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 estão apresentados a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial - Ativo/(Passivo)	(23.856)	10.854
Ajuste de valor justo - Patrimônio Líquido	1.755	(36.657)
Ganho/(Perda) - Resultado	(11.545)	1.111
(Recebimento)/Pagamento	10.686	836
Saldo final - Ativo/(Passivo)	(22.960)	(23.856)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Exposição ativa e passiva:

Em 31 de dezembro 2025				
Operação	Indexação	Tipo de Hedge	Saldo ativo/ (passivo)	Ganho (perda) - Resultado
Empréstimo Bradesco (Ativo)	IPCA + 1,0264% a.a.	Hedge Accounting	196.967	
Banco Bradesco (Passivo)	CDI - 4,94% a.a.	Hedge Accounting	(210.626)	
Empréstimo Bradesco (Ativo)	IPCA + 1,0264% a.a.	Hedge Accounting	38.427	
Banco Bradesco (Passivo)	CDI - 4,5% a.a.	Hedge Accounting	(41.915)	
			(17.147)	(8.979)
Empréstimo Itaú (Ativo)	IPCA + 1,0264% a.a.	Hedge Accounting	51.548	
Banco Itaú (Passivo)	CDI - 4,05% a.a.	Hedge Accounting	(57.361)	
			(5.813)	(2.566)

b) Transações que não afetaram o fluxo de caixa

Determinadas transações não geraram efeitos de caixa e que, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Recebimento reembolso de obra (compensação)	41.369	39.443	41.369	39.443
Pagamento de arrendamento (compensação)	(41.369)	)(39.443)	(41.369)	(39.443)
Remensuração de arrendamentos	25.133	27.835	25.133	36.175
Novo contrato de arrendamento	(6.300)	(73.357)	(11.325)	(73.690)
Recebimento das ações em decorrência da venda da CSN	-	153.545	-	153.545
Cancelamentos de ações em tesouraria	(49.388)	(198.430)	(49.388)	(198.430)
Recompra de ações em tesouraria	263	-	263	-
Aumento de capital com assunção de dívida (nota 13)	128.472	-	-	-

6.3. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e suas controladas ao administrar seu capital são de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras companhias do setor, a Administração monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.356.232	1.352.899	1.402.454	1.422.921
Instrumentos financeiros derivativos	22.960	23.856	22.960	23.856
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(581.485)	(617.103)	(599.130)	(622.581)
(-) Aplicações financeiras	(26.328)	(52.735)	(26.328)	(52.735)
Dívida financeira líquida	771.379	706.917	799.956	771.461
Total do patrimônio líquido	1.464.488	1.448.435	1.477.574	1.476.425
	2.235.867	2.155.352	2.277.530	2.247.886
Índice de alavancagem financeira - %	34,5	32,8	35,1	34,3

i) Cláusulas contratuais restritivas - covenants

Contratos com BNDES e BNB

Os contratos de financiamentos com as instituições financeiras BNDES e BNB, que foram firmados respectivamente para a construção das Unidades Hospitalares Betim/Contagem e da nova Unidade Salvador, possuem cláusulas restritivas quanto a (i) realização de operações societárias que envolvem cisão, fusão ou incorporação da Companhia, e (ii) locar, ceder, vender, transferir, gravar ou constituir qualquer ônus sob qualquer título os bens adquiridos por força do Projeto ora financiado e/ou dados em garantia, sem permissão prévia por parte dos bancos, sob pena de vencimento antecipado da dívida. Informamos que em 31 de dezembro de 2025, a Companhia cumpriu todos os requisitos desta e das demais cláusulas restritivas.

1ª Emissão de Debêntures

A Escritura da 1ª emissão de debêntures simples da Companhia possui cláusula restritiva financeira definida como “Índice Financeiro” o qual, se não observada o cumprimento, haverá a penalidade de vencimento antecipado não automático das debêntures. O Índice Financeiro será calculado pela Companhia trimestralmente e acompanhado pelo Agente Fiduciário, com base nos 12 meses imediatamente anteriores com as informações contábeis auditadas ou revisadas da Emissora, a partir do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

O Índice Financeiro é a razão entre a Dívida Líquida pelo EBITDA anualizado menor ou igual (i) a 3,5 (três inteiros e cinco décimos) até o encerramento do trimestre findo em 30 de setembro de 2025 (inclusive); e (ii) a 3,00 (três inteiros) a partir do trimestre findo em 31 de dezembro de 2025 (inclusive). Em julho de 2025, a primeira debênture foi finalizada antecipadamente. Em contrapartida, foi emitida a terceira debênture de mesmo valor com juros menores.

2ª Emissão de Debêntures

A Escritura da 2ª emissão de debêntures simples da Companhia possui cláusula restritiva financeira definida como “Índice Financeiro” o qual, se não observada o cumprimento, haverá a penalidade de vencimento antecipado não automático das debêntures. O Índice Financeiro será calculado pela Companhia trimestralmente e acompanhado pelo Agente Fiduciário, com base nos 12 meses imediatamente anteriores com as informações contábeis auditadas ou revisadas da Emissora, a partir do período encerrado em 31 de dezembro de 2024.

O Índice Financeiro é a razão entre a Dívida Líquida pelo EBITDA menor ou igual (i) a 3,5 (três inteiros e cinco décimos) até o encerramento do trimestre findo em 30 de setembro de 2025 (inclusive); e (ii) a 3,00 (três inteiros) a partir do trimestre findo em 31 de dezembro de 2025 (inclusive).

3ª Emissão de Debêntures

A Escritura da 3ª emissão de debêntures simples da Companhia possui cláusula restritiva financeira definida como “Índice Financeiro” o qual, se não observada o cumprimento, haverá a penalidade de vencimento antecipado não automático das debêntures. O Índice Financeiro será calculado pela Companhia trimestralmente e acompanhado pelo Agente Fiduciário, com base nos 12 meses imediatamente anteriores com as informações contábeis auditadas ou revisadas da Emissora, a partir de 30 de junho de 2025.

O Índice Financeiro é razão entre a Dívida Líquida pelo EBITDA anualizado menor ou igual (i) a 3,5 (três inteiros e cinco décimos) até o encerramento do trimestre findo em 30 de setembro de 2025 (inclusive); e (ii) a 3,00 (três inteiros) a partir do trimestre findo em 31 de dezembro de 2025 (inclusive).

Informamos que em 31 de dezembro de 2025, a Companhia cumpriu todos os requisitos desta e das demais cláusulas restritivas de todas as emissões de debêntures. O Índice Financeiro apurado em 31 de dezembro de 2025 foi de 1,72.

6.4. Estimativa do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Rede Mater Dei usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nos métodos de avaliação.

A tabela abaixo classifica os ativos e passivos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Nível 2 - informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- Nível 3 - informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não houve transferências entre ativos e passivos financeiros, bem como não houve transferências, entre níveis hierárquicos. As aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos e debêntures da Rede Mater Dei estão detalhadas nas Notas 8 e 17 respectivamente e a apresentação ao valor justo considera o nível 2 - preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos.

	Controladora			
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2024
Ativo				
Ativos financeiros ao custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 8)	581.485	581.485	617.103	617.103
Aplicações financeiras (Nota 8)	26.328	26.328	52.735	52.735
Contas a receber de clientes (Nota 9)	528.807	528.807	492.520	492.520
Contas a receber de obra (Nota 11)	302.363	302.363	330.859	330.859
Total do ativo	1.438.983	1.438.983	1.493.217	1.493.217
Passivo				
Passivos financeiros ao custo amortizado				
Fornecedores (Nota 16)	119.560	119.560	108.484	108.484
Impostos e contribuições a recolher	23.922	23.922	17.141	17.141
Parcelamento de impostos (Nota 18)	146	146	5.432	5.432
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 17)	1.356.232	1.356.232	1.352.899	1.352.899
Arrendamentos (Nota 12)	766.858	766.858	736.105	736.105
Aquisição de empresas a pagar (Nota 19)	136.900	136.900	-	-
Passivos financeiros ao valor justo				
Instrumentos financeiros derivativos - <i>Hedge Accounting</i> (Nota 6)	22.960	22.960	23.856	23.856
Total do Passivo	2.426.578	2.426.578	2.243.917	2.243.917

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado			
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2024
Ativo				
Ativos financeiros ao custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 8)	599.130	599.130	622.581	622.581
Aplicações financeiras (Nota 6)	26.328	26.328	52.735	52.735
Contas a receber de clientes (Nota 9)	717.064	717.064	662.537	662.537
Contas a receber de obra (Nota 11)	302.363	302.363	330.859	330.859
Ativos de indenização (incluídos em "Outros ativos não circulantes") (Nota 20)	44.865	44.865	50.324	50.324
Total do ativo	1.689.750	1.689.750	1.719.036	1.719.036
Passivo				
Passivos financeiros ao custo amortizado				
Fornecedores (Nota 16)	148.566	148.566	131.914	131.914
Impostos e contribuições a recolher	38.519	38.519	23.818	23.818
Parcelamento de impostos (Nota 18)	846	846	6.266	6.266
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 17)	1.402.454	1.402.454	1.422.921	1.422.921
Arrendamentos (Nota 12)	776.798	776.798	741.834	741.834
Aquisição de empresas a pagar (Nota 19)	172.400	172.400	196.056	196.056
Passivos financeiros ao valor justo				
Passivo de resgate (Nota 13)	2.383	2.383	59.860	59.860
Instrumentos financeiros derivativos - <i>Hedge Accounting</i> (Nota 6)	22.960	22.960	23.856	23.856
Total do Passivo	2.564.926	2.564.926	2.606.525	2.606.525

7. Apresentação de informações por segmentos

A Rede Mater Dei opera apenas um segmento, denominado "hospitalar". A análise do segmento hospitalar contempla informações desagregadas por hospital sem que os mesmos se constituam em segmentos operacionais distintos. Essa análise é realizada pela Diretoria Executiva e o Conselho de Administração que são os tomadores de decisões operacionais. A Rede Mater Dei não possui receitas oriundas de clientes fora do território nacional.

8. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	2.510	1.749	3.790	3.416
Aplicações financeiras	578.975	615.354	595.340	619.165
	581.485	617.103	599.130	622.581

As aplicações financeiras, classificadas como equivalentes de caixa, referem-se substancialmente a aplicações em Certificados de Depósito Bancário, letras financeiras e fundos de investimentos com liquidez imediata. As taxas de rendimento no ano de 2025 foram de 85% a 102% do CDI (85% a 103% do CDI em 2024), sendo a menor taxa referente a operações compromissadas com liquidez diária.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Aplicações financeiras

A Companhia detém aplicações financeiras em fundo e CDB, mas cuja composição não se qualifica como equivalente de caixa, conforme apresentado:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fundos de investimentos (ii)	-	31.897	-	31.897
CDB - BNB (i)	23.758	20.838	23.758	20.838
Debentures privadas (ii)	2.570	-	2.570	-
	26.328	52.735	26.328	52.735

- (i) CDB constituído como forma de garantia junto ao contrato de financiamento do Banco do Nordeste do Brasil (BNB).
(ii) Em junho de 2025, o fundo de investimento que contava com cerca de R\$20 milhões, foi dissolvido. Uma parte dos recursos foi direcionada a Debêntures e o restante foi destinado a uma conta de investimentos já existente em outra instituição financeira.

As aplicações financeiras nos fundos de investimentos, têm como objetivo propiciar a valorização de suas cotas mediante a aplicação dos recursos dos cotistas, em ativos financeiros com grau de investimento como títulos públicos, debentures, CDB, letras financeiras e demais ativos de crédito privado de alta liquidez e baixo risco. Os recursos estão aplicados em fundos de investimentos diversificados. A taxas de rendimento no ano de 2025 foram em média 98% do CDI (média de 105% do CDI em 2024)

9. Contas a receber de clientes

Apresentamos a seguir o saldo do contas a receber de clientes e os respectivos saldos de provisões para perdas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Particulares	57.504	51.169	84.661	76.985
Convênios e seguradoras	605.178	541.145	803.654	688.347
Ativo de contrato - Receitas a faturar	155.578	158.264	206.933	220.201
	818.260	750.578	1.095.248	985.533
Provisão para glosas	(181.015)	(158.328)	(224.399)	(186.771)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(108.438)	(99.730)	(153.785)	(136.225)
	(289.453)	(258.058)	(378.184)	(322.996)
	528.807	492.520	717.064	662.537

Os valores contábeis se aproximam dos valores justos das contas a receber de clientes e demais contas a receber. O *aging* do contas a receber em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é composto da seguinte forma:

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	356.183	340.262	439.978	449.483
Vencidos até 30 dias	75.579	45.410	108.358	60.359
Vencidos de 31 até 180 dias	107.624	75.974	155.177	104.139
Vencidos de 181 a 365 dias	49.700	62.998	72.618	93.671
Vencidos a mais de 365 dias	229.174	225.934	319.117	277.881
	818.260	750.578	1.095.248	985.533

A movimentação da provisão para glosas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	(158.328)	(114.501)	(186.771)	(149.728)
Provisões	(102.770)	(139.559)	(143.388)	(187.314)
Reversões	80.083	95.732	105.760	145.726
Alienação Grupo Porto Dias (Nota 2)	-	-	-	4.545
Saldo final	(181.015)	(158.328)	(224.399)	(186.771)

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	(99.730)	(82.917)	(136.225)	(123.116)
Adições	(33.368)	(24.953)	(45.829)	(39.324)
Reversões	24.660	8.140	28.269	12.676
Alienação Grupo Porto Dias (Nota 2)	-	-	-	13.539
Saldo final	(108.438)	(99.730)	(153.785)	(136.225)

10. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Drogas e medicamentos	22.833	14.029	29.667	18.868
Órteses, próteses e materiais especiais	7.481	5.887	10.191	8.475
Materiais hospitalares	12.359	9.775	16.509	14.819
Materiais de manutenção	1.932	1.437	2.802	1.878
Material de consumo e expediente	2.738	1.925	4.059	2.959
Copa, cozinha e alimentação	1.663	806	1.983	1.050
Materiais de Segurança	363	374	534	461
Outros estoques	6.036	2.859	6.040	1.247
	55.405	37.092	71.785	49.757

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O custo dos materiais e medicamentos reconhecido no resultado do exercício totalizou R\$455.739 (dezembro de 2024 - R\$413.295) na controladora e R\$579.991 no consolidado (dezembro de 2024 - R\$547.158), conforme apresentado na Nota 23.

11. Contas a receber de obra

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia no processo de cisão dos ativos, firmou contrato com sua controladora JSS Empreendimentos e Administração Ltda ("JSS"), se comprometendo com a finalização da execução das obras das edificações das unidades localizadas na cidade Salvador (Hospital Mater Dei Salvador e o Centro Médico Mater Dei) de acordo com as características especiais e necessárias para o desenvolvimento das suas atividades.

O Hospital Mater Dei foi exclusivamente responsável pela execução da obra, respeitando todas as normas e legislações específicas para a construção e, também em obter e apresentar à JSS todas as licenças, autorizações e alvarás referentes às obras, inclusive o atestado de vistoria do Corpo de Bombeiros e o Auto de Conclusão de Obras ("Habite-se"). O Hospital Mater Dei Salvador foi inaugurado no dia 01 de maio de 2022 e o Centro Médico no dia 01 de fevereiro de 2023.

Pela execução das obras, a Companhia receberá uma contrapartida correspondente da JSS para reembolso total dos custos da obra. Conforme contrato, a JSS reembolsará a Companhia no prazo de 12 anos, sendo o mesmo prazo de cada tranche do financiamento obtida pela Companhia para a construção dos respectivos imóveis. O contrato prevê uma remuneração de 4,1% ao ano e com início em 02 de janeiro de 2021. O recebimento do reembolso está sendo realizado através de compensação com o saldo a pagar com o arrendamento de imóveis com a JSS.

A seguir apresentamos o saldo e a movimentação do contas a receber de obras do exercício (controladora e consolidado):

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	330.859	343.285
Adição	-	13.381
Remuneração	12.873	13.636
Pagamento (Compensação com Arrendamento)	(41.369)	(39.443)
Saldo final	302.363	330.859
Circulante	43.195	41.357
Não Circulante	259.168	289.502

12. Arrendamentos

A Companhia e a JSS celebraram em 31 de dezembro de 2020, contratos de locação dos imóveis das três unidades operacionais (Hospital Mater Dei Santo Agostinho, Hospital Mater Dei Contorno e Hospital Mater Dei Betim Contagem) e outros imóveis de uso administrativo, assistencial e laboratorial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os contratos têm duração de 30 anos, com possibilidade de renovação. Para os três imóveis das unidades operacionais o valor base do aluguel anual foi de R\$40.000. Para os demais imóveis, é cobrado o valor anual de R\$1.143 referentes aos imóveis onde trabalham parte da equipe administrativa. Os valores dos aluguéis estão sujeitos ao reajuste pela variação do IPCA, com a possibilidade de revisão dos preços a cada 5 anos para permitir ajuste à evolução dos preços praticados no mercado.

Em 1º de maio de 2022, entrou em vigor o contrato de locação da unidade hospitalar em Salvador inaugurado na mesma data. Em fevereiro de 2023, entrou em vigor o contrato de locação da unidade Centro Médico, em Salvador, inaugurado na mesma data. O valor do aluguel acordado foi escalonado por um período de 3 anos. O contrato referente a unidade Salvador iniciando em R\$5.155 no primeiro ano e a unidade Centro Médico iniciando em R\$845 no primeiro ano, atingindo R\$19.000 no terceiro ano para as duas unidades conjuntamente, corrigido anualmente pelo IPCA.

A unidade de Betim/Contagem, objeto dos contratos de arrendamento, está dada em garantia aos empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia com o BNDES no montante de R\$34.325 em 31 de dezembro de 2025 (em 31 de dezembro de 2024 - R\$ 50.214).

Em agosto de 2024, foi inaugurada a unidade Mater Dei Nova Lima cuja unidade hospitalar foi construída sob o terreno da controladora JSS e a responsabilidade da obra era, conforme contrato, do Mater Dei. Como acerto entre as partes, ficou acordado a transferência de uma parte do imóvel para a Companhia. Para as futuras benfeitorias ficou acordado que cada empresa ficará responsável dentro da sua respectiva participação no imóvel citado.

O contrato foi celebrado no dia 23 de agosto de 2024 com vigência de 30 anos. O valor do aluguel é fixo e será escalonado por um período de 4 anos. O contrato referente a esta unidade em R\$2.096 no primeiro ano, atingindo R\$8.596 no início do quarto ano, corrigido anualmente pelo IPCA.

A Companhia possui contratos de aluguéis de equipamentos que possuem prazos iguais ou menores que 12 meses. Para estes casos, a Companhia aplica a isenção do reconhecimento de arrendamento de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo desses aluguéis somava o valor de R\$11.117 na Controladora e R\$15.996 no Consolidado (R\$11.330 na Controladora e R\$16.165 no Consolidado em 31 de dezembro de 2024).

a) Direito de uso

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos de direito de uso				
Equipamentos hospitalares	4.606	-	9.273	407
Locação de imóveis	652.054	651.479	656.579	656.230
	656.660	651.479	665.852	656.637

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação para os exercícios findos em 31 de dezembro:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	651.479	573.195	656.637	753.232
Adição de novo contrato (i)	6.300	73.357	11.325	73.690
Remensuração de contrato	25.133	27.835	25.133	36.175
Baixa	-	-	(281)	-
Amortização	(26.252)	(22.908)	(26.962)	(30.632)
Alienação Grupo Porto Dias (Nota 2)	-	-	-	(175.828)
Saldo final	656.660	651.479	665.852	656.637

- (i) Em 2024 refere-se ao contrato de aluguel da unidade Mater Dei Nova Lima. Em 2025, refere-se aos contratos de locação do centro médico Mater Dei Mariana e de equipamentos médico-hospitalares.

b) Passivo de arrendamentos

Os saldos dos passivos de arrendamento em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 são apresentados no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Menos de 1 ano	81.762	73.215	84.427	74.050
Entre 2 e 3 anos	84.104	75.615	86.769	76.352
Entre 3 e 5 anos	169.569	157.305	172.302	158.646
Mais de 5 anos	1.799.967	1.793.345	1.809.529	1.803.500
Valores não descontados	2.135.402	2.099.480	2.153.027	2.112.548
Juros embutidos	(1.368.544)	(1.363.375)	(1.376.229)	(1.370.714)
Total do passivo	766.858	736.105	776.798	741.834
Circulante	73.132	65.635	78.371	66.377
Não circulante	693.726	670.470	698.427	675.457

Movimentação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	736.105	634.597	741.834	843.502
Adição de novo contrato	6.300	73.357	11.325	73.690
Remensuração de contrato	25.133	27.835	25.133	36.175
Baixa	-	-	(281)	-
Juros provisionados	75.626	67.285	76.268	83.463
Juros pagos	(24.231)	(17.429)	(24.427)	(24.052)
Pagamentos	(52.075)	(49.540)	(53.054)	(63.890)
Alienação Grupo Porto Dias (Nota 2)	-	-	-	(207.054)
Saldo final	766.858	736.105	776.798	741.834

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Estimativa das taxas de desconto

A Companhia e suas controladas estimaram a taxa de desconto para os contratos de locação de imóveis e dos equipamentos hospitalares, utilizando como premissa, a taxa de juros de financiamentos para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. As taxas de desconto foram estimadas entre 10,31% e 13,91% para imóveis e em 14,12% para equipamentos hospitalares.

Informações adicionais

Conforme orientação do Ofício Circular CVM/SNC/SEP/nº02/2019, visando atender aos investidores, apresentamos os saldos comparativos com aplicação da inflação projetada e divulgada no Boletim Focus do Banco Central do Brasil publicado em 13 de janeiro de 2026, sobre o fluxo de pagamentos do passivo de arrendamento, com impacto no ativo de direito de uso, da despesa financeira e da despesa de amortização:

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2025		31/12/2024		31/12/2025		31/12/2024	
	Sem inflação	Com inflação	Sem inflação	Com inflação	Sem inflação	Com inflação	Sem inflação	Com inflação
Direito de uso líquido	656.660	983.607	651.479	888.452	665.852	994.927	656.637	895.643
Passivo de arrendamento	766.858	1.048.983	736.105	940.085	776.798	1.060.803	741.834	947.754
Despesa de amortização	26.252	38.958	22.908	31.986	26.962	39.783	30.632	32.710
Despesa financeira	75.626	103.234	67.285	86.611	76.268	104.044	83.463	87.379

13. Investimentos

Controladora

O saldo dos investimentos é representado pelo percentual de participação da Companhia no patrimônio líquido das investidas e o ágio apurado na aquisição destes investimentos.

A seguir apresentamos a movimentação de investimentos:

Controladora	RMDS	GPDMater	A3 Data	Outros	Total
Saldo 31/12/2024	786.291	3.080	10.164	35	799.570
Aporte de capital (AFAC)	117.390	-	-	-	117.390
Equivalência patrimonial e mais valia	7.207	-	(1.949)	-	5.258
Outros (i)	18.023	-	(775)	(35)	17.213
Aumento de Capital (ii)	128.472	-	-	-	128.472
Saldo 31/12/2025	1.057.383	3.080	7.440	-	1.067.903

- i) Refere-se os reflexos das transações com acionistas não controladores da investida RMDS. Em 31 de dezembro de 2025, o montante de R\$17.213 é composto, principalmente, pela variação de participação no montante de R\$ 16.716, referente à aquisição de participação dos acionistas minoritários do HSC.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- ii) Em 30 de abril de 2025, foi aprovado, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, o aumento de capital da RMDS Participações, no valor de R\$ 128.472, mediante a assunção de dívidas relativas à aquisição de empresas, no qual a Companhia assumiu o passivo a pagar.

Controladora	RMDS	CSN	GPDMater	A3 Data	Outros	Total
Saldo 31/12/2023	703.596	1.269.089	3.080	14.650	35	1.990.450
Aporte de capital (AFAC)	92.258	-	-	-	-	92.258
Equivalência patrimonial e mais valia	(24.192)	31.820	-	(2.898)	-	4.730
Outros (i)	14.629	8.161	-	(1.589)	-	21.201
Alienação Grupo Porto Dias (Nota 2)	-	(1.309.070)	-	-	-	(1.309.070)
Saldo 31/12/2024	786.291	-	3.080	10.163	35	799.569

- i) Nesta linha, apresentamos os reflexos das transações com acionistas não controladores. Em 31 de dezembro de 2024, o montante de R\$21.201 é composto, principalmente, por aportes realizados nas investidas com ganho na variação de participação e também R\$14.404 gerados da atualização do valor justo do passivo de resgate da HSC.

Principais informações da principal controlada na data base 31 de dezembro de 2025:

Investidas	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
RMDS	1.095.350	37.967	1.057.383	7.207

Consolidado

Movimentação e saldo dos investimentos em controladas em conjunto e coligadas:

Consolidado	Hiperbárica	A3Data	GPDMater	Centru	Outros	Total
Saldo em 31/12/2024	836	10.164	3.080	14	238	14.332
Dividendos	(507)	-	-	-	-	(507)
Equivalência patrimonial	443	(1.949)	-	(1)	-	(1.507)
Outros	-	(775)	-	-	(37)	(812)
Saldo em 31/12/2025	772	7.440	3.080	13	201	11.506

Consolidado	Hiperbárica	A3Data	GPDMater	Centru	Outros	Total
Saldo em 31/12/2023	885	14.651	3.080	(42)	238	18.812
Dividendos	(556)	-	-	-	-	(556)
Equivalência patrimonial	507	(2.898)	-	(39)	-	(2.430)
Outros	-	(1.589)	-	-	-	(1.589)
AFAC	-	-	-	95	-	95
Saldo em 31/12/2024	836	10.164	3.080	14	238	14.332

a) Passivo de resgate de ações

Os contratos de opções de compra e venda de ações com acionistas não controladores são contabilizados com base no CPC 39 – IAS 32 - Instrumentos Financeiros Apresentação e as variações do valor justo são contabilizadas no patrimônio líquido. Apresentamos a seguir a

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

movimentação:

	Controladora	Consolidado		
	CSN	CSN	HSC	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	347.681	347.681	74.490	422.171
Variação do valor justo	16.051	16.051	(14.404)	1.647
Aquisição de cota adicional	-	-	(226)	(226)
Baixa do passivo de resgate (Nota 2)	(363.732)	(363.732)	-	(363.732)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-	59.860	59.860
Variação do valor justo	-	-	(1.491)	(1.491)
Aquisição de cota adicional	-	-	-	-
Pagamento do passivo de resgate	-	-	(55.986)	(55.986)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	-	2.383	2.383

Grupo Porto Dias

Em 30 de junho de 2024 foi realizado a baixa do saldo do passivo de resgate em decorrência da negociação da venda da controlada CSN. Em 16 de setembro de 2024 a operação de venda da controlada foi concluída.

Hospital Santa Clara

Em 01 de setembro de 2022, a Companhia e os acionistas não controladores do Hospital Santa Clara celebraram um contrato de opção de compra e venda das ações remanescentes de propriedade desses acionistas.

Em 1º de outubro de 2025, a Companhia (HMD) elevou sua participação na controlada Hospital Santa Clara S/A (HSC) para 98,98%, ante os 75,13% detidos anteriormente.

Esse aumento de 23,15% na participação decorreu do exercício da opção de venda por acionistas minoritários realizado em agosto de 2025 e concretizado em outubro, gerando um pagamento de R\$ 55.986 pela Companhia. O direito de venda referente aos 1,02% restantes do capital (avaliados em R\$ 2.383) não foi exercido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. ImobilizadoControladora

	31/12/2025			31/12/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imóveis e edificações	213.257	(11.262)	201.995	205.391
Benfeitorias em imóveis	35.775	(2.533)	33.242	26.551
Equipamentos e aparelhos hospitalares	382.490	(178.712)	203.778	219.270
Móveis, utensílios e informática	58.893	(40.247)	18.646	21.695
Adiantamento a fornecedores	7.857	-	7.857	15.098
Outros	25.373	(4.800)	20.573	22.859
	723.645	(237.554)	486.091	510.864

A seguir apresentamos a movimentação do ativo mobilizado:

	31/12/2024	Aquisições	Baixa	Depreciação	Transferência (a)	31/12/2025
Imóveis e edificações	205.391	4.789	-	(8.306)	121	201.995
Benfeitorias em imóveis	26.551	6.865	(5)	(1.211)	1.042	33.242
Equipamentos e aparelhos hospitalares	219.270	11.554	(4.883)	(32.781)	10.618	203.778
Móveis, utensílios e informática	21.695	3.352	(813)	(5.674)	86	18.648
Adiantamento a fornecedores	15.098	4.631	(5)	-	(11.867)	7.857
Outros	22.859	38	(1.154)	(1.170)	-	20.573
	510.864	31.229	(6.860)	(49.142)	-	486.091

	31/12/2023	Aquisições	Baixa	Depreciação	Transferência (a)	31/12/2024
Imóveis e edificações	-	20.811	-	(2.940)	187.520	205.391
Benfeitorias em imóveis	132.653	67.369	(79)	(960)	(172.432)	26.551
Equipamentos e aparelhos hospitalares	174.047	25.370	(1.217)	(30.234)	51.304	219.270
Móveis, utensílios e informática	19.727	5.680	(51)	(5.572)	1.911	21.695
Adiantamento a fornecedores	42.544	36.518	-	-	(63.964)	15.098
Outros	28.335	145	-	(1.282)	(4.339)	22.859
	397.306	155.893	(1.347)	(40.988)	-	510.864

- (a) As transferências são oriundas de adiantamentos realizados a fornecedores para aquisição de imobilizado. Quando o imobilizado está disponível para o uso da Rede Mater Dei, o mesmo é alocado no grupo a qual pertence.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado

Consolidado				
	31/12/2025			31/12/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos	63.813	-	63.813	64.247
Imóveis e edificações	436.535	(81.612)	354.923	366.205
Benfeitorias em imóveis	55.053	(5.237)	49.816	41.157
Equipamentos e aparelhos hospitalares	535.711	(253.279)	282.432	297.104
Móveis, utensílios e informática	86.047	(60.588)	25.459	30.806
Adiantamento a fornecedores	13.780	-	13.780	17.442
Outros	28.427	(7.046)	21.381	23.633
	1.219.366	(407.762)	811.604	840.594

	31/12/2024	Aquisições	Baixa	Depreciação	Transferência (a)	31/12/2025
Terrenos	64.247	-	-	-	(434)	63.813
Imóveis e edificações	366.205	5.637	-	(18.505)	1.586	354.923
Benfeitorias em imóveis	41.157	7.559	(229)	(1.760)	3.089	49.816
Equipamentos e aparelhos hospitalares	297.104	21.173	(2.542)	(42.482)	9.179	282.432
Móveis, utensílios e informática	30.806	3.503	(120)	(8.577)	(153)	25.459
Adiantamento a fornecedores	17.442	9.651	(5)	-	(13.308)	13.780
Outros	23.633	46	(1.166)	(1.173)	41	21.381
	840.594	47.569	(4.062)	(72.497)	-	811.604

	31/12/2023	Alienação Porto Dias (b)	Aquisições	Baixas	Depreciação	Transferências (a)	31/12/2024
Terrenos	52.659	-	1.920	-	-	9.668	64.247
Imóveis e edificações	177.943	-	23.267	(1)	(13.170)	178.166	366.205
Benfeitorias em imóveis	143.164	(130)	69.939	(79)	(2.635)	(169.102)	41.157
Equipamentos e aparelhos hospitalares	264.003	(25.258)	35.632	(4)	(41.778)	64.509	297.104
Móveis, utensílios e informática	36.147	(8.244)	10.567	(53)	(9.942)	2.331	30.806
Adiantamento a fornecedores	54.993	-	37.415	-	-	(74.966)	17.442
Outros	35.685	-	736	(2)	(2.180)	(10.606)	23.633
	764.594	(33.632)	179.476	(139)	(69.705)	-	840.594

(a) As transferências são, em grande parte, oriundas de adiantamentos realizados a fornecedores para aquisição de imobilizado. Quando o imobilizado está disponível para a Rede Mater Dei, o bem é alocado no grupo a qual pertence.

(b) Vide Nota Explicativa 2.

15. Intangível

Controladora

	31/12/2024	Aquisições	Baixa	Amortização	31/12/2025
Direito de uso de software	28.227	11.662	(1.385)	(11.054)	27.450
Outros	-	1.000	-	-	1.000
	28.227	12.662	(1.385)	(11.054)	28.450

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2023	Aquisições	Amortização	31/12/2024
Direito de uso de software	24.444	11.163	(7.380)	28.227
	24.444	11.163	(7.380)	28.227

Consolidado

Consolidado	31/12/2024	Aquisições	Baixa	Amortização	31/12/2025
Ágio na aquisição de empresas	604.439	-	-	-	604.439
Marcas	96.382	-	-	-	96.382
Outros	-	1.000	-	-	1.000
Direito de uso de software	29.468	12.351	(1.496)	(11.646)	28.677
	730.289	13.351	(1.496)	(11.646)	730.498

Consolidado	31/12/2023	Combinação de negócios	Aquisições	Baixa	Amortização	31/12/2024
Ágio na aquisição de empresas	1.662.885	(1.058.446)	-	-	-	604.439
Marcas	161.826	(65.444)	-	-	-	96.382
Carteira de clientes e outros	624	(624)	-	-	-	-
Direito de uso de software	27.874	(1.460)	12.045	(287)	(8.704)	29.468
	1.853.209	(1.125.974)	12.045	(287)	(8.704)	730.289

Ágio e mais-valia na aquisição de empresas

Apresentamos a composição do ágio e mais-valia na aquisição de empresas:

Investidas	Ágio 31/12/2025	Mais-valia 31/12/2025	Ágio 31/12/2024	Mais-valia 31/12/2024
HSG	138.153	28.204	138.153	28.204
HMDG	169.749	30.041	169.749	30.041
EMEC	114.042	18.110	114.042	18.110
CDI	66.305	2.104	66.305	2.104
Cardio	916	-	916	-
HSC	115.274	17.923	115.274	17.923
	604.439	96.382	604.439	96.382

Testes do ágio para verificação de necessidade de ajuste ao valor recuperável

Os ativos não amortizáveis relativos ao ágio e à marca são alocados a cada uma das unidades geradoras de caixa (UGCs): EMEC, HMDG, HSG+CDI e HSC, as quais são parte do único segmento operacional do Grupo. O valor recuperável dessas UGCs foi determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos consideraram projeções de fluxo de caixa conforme premissas descritas abaixo, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período descrito abaixo foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As premissas-chave utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2025 foram as seguintes:

Premissas	EMEC	HMDG	HSG + CDI	HSC
Taxa de desconto ao ano	10,3% a.a.	10,3% a.a.	10,3% a.a.	10,3% a.a.
Período de projeção	7 anos	7 anos	7 anos	7 anos
Crescimento ao ano na perpetuidade	5,7% a.a.	5,7% a.a.	5,7% a.a.	5,7% a.a.
Valor testado (<i>carrying amount</i>)	236.174	300.814	388.194	238.422

Para o período de projeção utilizamos premissas baseadas em estudos para aberturas de novos hospitais e leitos, além do tempo de maturidade do negócio e perspectivas de crescimento de receita. Esses fatores justificam a utilização do período de 7 anos de projeção. Para a taxa de crescimento ao ano na perpetuidade, consideramos a taxa de crescimento utilizada no mercado hospitalar e o IPCA de longo prazo. O crescimento acima da inflação se dá pelo perfil do setor de saúde, envelhecimento da população, crescimento de beneficiários, entre outros fatores que afetam diretamente a setor de saúde.

A Companhia efetuou ainda uma análise de sensibilidade considerando um acréscimo ou uma redução de 0,5% nas taxas de desconto e na margem operacional no modelo de longo prazo e não foi identificada a necessidade de ajuste ao valor recuperável.

16. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Órteses, próteses e materiais especiais	58.951	51.805	71.189	61.990
Drogas e medicamentos	34.679	27.350	41.216	32.195
Material médico e hospitalar	5.047	5.100	7.599	7.505
Bens de natureza permanente	5.436	7.492	5.653	8.223
Material diagnóstico	1.343	1.425	1.477	1.617
Gêneros alimentícios	1.413	782	2.183	1.348
Prestação de serviços	10.789	9.156	16.041	12.316
Outros fornecedores	1.902	5.374	3.208	6.720
	119.560	108.484	148.566	131.914

Risco sacado

Em 2025, a Companhia estabeleceu parcerias com instituições financeiras que viabilizam aos fornecedores a antecipação, a critério exclusivo do fornecedor, do recebimento de valores por meio da cessão de seus direitos creditórios a essas entidades. Essas operações não resultaram em mudanças nos preços ou prazos estabelecidos com os fornecedores, nem produziram efeitos sobre o resultado financeiro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Instituição	Taxa a.a.	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Debêntures – 1ª Emissão (i)	CDI + 1,60%	-	713.229	-	713.229
Debêntures – 2ª Emissão (ii)	CDI + 0,95%	203.563	202.762	203.563	202.762
Debêntures – 3ª Emissão (iii)	CDI + 1,10%	748.646	-	748.646	-
BNDES - Pós-fixados (iv)	TJLP + 3,18%	34.325	50.214	34.325	50.214
Banco do Nordeste (v)	IPCA + 1,21%	372.438	390.362	372.438	390.362
Banco Itaú (vi)	CDI + 1,90%	-	-	13.412	19.565
Banco Itaú (vii)	CDI + 2,00%	-	-	-	7.762
Banco do Brasil (viii)	CDI + 1,35%	-	-	32.466	32.413
Banco Itaú (ix)	CDI + 2,02%	-	-	-	7.285
Sicoob (x)	CDI + 3,66%	-	-	344	1.371
Outros	-	-	-	-	1.626
		1.358.972	1.356.567	1.405.194	1.426.589
(-) Custo de transação		(2.740)	(3.668)	(2.740)	(3.668)
		1.356.232	1.352.899	1.402.454	1.422.921
Circulante		96.235	50.595	112.332	75.897
Não circulante		1.259.997	1.302.304	1.290.122	1.347.024

- (i) Em 05 de novembro de 2021 houve a 1ª emissão de debêntures da Companhia no valor de R\$700.000, com a taxa de juros de CDI+1,60% a.a.. As amortizações serão em duas parcelas iguais vincendas em 2027 e 2028, enquanto os pagamentos dos juros são semestrais. Em julho de 2025, o saldo residual da 1ª debenture foi liquidado antecipadamente com a 3ª emissão de debentures da Companhia.
- (ii) Em 15 de maio de 2024 ocorreu a 2ª emissão de debêntures da Companhia no valor de R\$200.000 com a taxa de juros de CDI+0,95% a.a.. As amortizações serão em duas parcelas iguais vincendas em 2030 e 2031, enquanto os pagamentos de juros são semestrais, nos meses de maio e novembro.
- (iii) Em julho de 2025 ocorreu a 3ª emissão de debêntures da Companhia no valor de R\$700.000 com a taxa de juros de CDI+1,1% a.a.. As amortizações serão em duas parcelas iguais que vencem em 2031 e 2032, enquanto os pagamentos de juros são semestrais, nos meses de janeiro e julho.
- (iv) Em 29 de janeiro de 2018, houve contratação de financiamento pela Companhia no valor de R\$109.030 junto ao BNDES, a taxa de juros TJLP+3,18%a.a.. O financiamento termina no dia 15 de dezembro de 2027, com pagamentos de juros e amortizações mensais.
- (v) O financiamento junto ao BNB no valor de R\$392.215 possui um bônus de adimplência de 85% do spread, que leva a taxa de juros para IPCA+1,03%a.a., caso não haja atraso nos pagamentos das parcelas da dívida. O vencimento deste contrato está previsto para o dia 16 de outubro de 2034.
- (vi) O empréstimo junto ao banco Itaú no valor de R\$17.812, com taxas de juros de CDI+1,90% a.a., possui vencimento no dia 22 de março de 2027. Os juros e as amortizações são anuais, sendo a primeira parcela com amortização em 24 de março de 2025.
- (vii) Em 21 de março de 2023, houve contratação de um empréstimo pelo HSG no valor de R\$7.500 junto ao banco Itaú, a taxa de juros CDI+2%a.a. e juros semestrais. O empréstimo foi quitado no dia 20 de março de 2025.
- (viii) Em 14 de março de 2022, houve contratação de um empréstimo pelo HSG no valor de R\$43.000 junto ao Banco do Brasil, a taxa de juros CDI+1,90% a.a.. No dia 3 de junho de 2024, houve um aditamento no contrato que mudou a taxa para CDI+1,35% a.a.. Os juros são trimestrais e as amortizações anuais a partir de 2026. O empréstimo termina no dia 15 de junho de 2029.
- (ix) O empréstimo do Mater Dei Goiânia foi contratado em 2022 no valor total de R\$7.000 com taxa de CDI+2,02% a.a.. O empréstimo foi liquidado em 19 de março de 2025.
- (x) Em 5 de abril de 2019, houve a contratação de um empréstimo pelo CDI no valor de R\$5.605 junto ao Sicoob. O empréstimo possui amortizações e juros de DI+3,66% a.a. pagos mensalmente e será quitado no dia 8 de abril de 2026.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Apresentamos a seguir o cronograma de pagamento dos empréstimos sem considerarmos o custo de transação:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Menos de um ano	96.677	51.573	112.773	77.131
Dois e três anos	78.123	437.808	100.185	466.148
Quatro e cinco anos	180.780	420.434	188.844	436.559
Acima de cinco anos	1.003.392	446.752	1.003.392	446.751
	1.358.972	1.356.567	1.405.194	1.426.589
(-) Custo de transação	(2.740)	(3.668)	(2.740)	(3.668)
Total	1.356.232	1.352.899	1.402.454	1.422.921

A movimentação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024 ocorreu da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	1.352.899	1.173.080	1.422.921	1.254.865
Captação	700.000	206.893	700.000	208.519
Juros passivos	171.403	126.203	179.218	134.810
Variação monetária	1.031	1.268	1.031	1.268
Pagamento de principal	(742.807)	(26.179)	(765.908)	(39.157)
Pagamento de juros	(127.222)	(129.175)	(135.736)	(138.193)
Realização do custo de transação (i)	3.081	809	3.081	809
Constituição de custo de transação	(2.153)	-	(2.153)	-
Saldo final	1.356.232	1.352.899	1.402.454	1.422.921

(i) Relativo à baixa dos custos de transação da 1ª emissão de debêntures, ocorrida em julho de 2025, motivada pela quitação da dívida.

18. Parcelamento de impostos

Os parcelamentos de impostos realizados pela Rede Mater Dei:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
COFINS (i)	-	3.970	-	3.970
PIS (i)	-	861	-	861
ICMS	146	601	146	601
IRPJ	-	-	669	767
INSS	-	-	31	67
	146	5.432	846	6.266
Circulante	146	5.432	338	5.617
Não circulante	-	-	508	649

(i) Refere-se ao parcelamento de PIS e COFINS relativo ao questionamento do não recolhimento sobre o uso de medicamentos nas dependências da Companhia. O parcelamento foi firmado em 30 de setembro de 2020 a ser liquidado em 60 parcelas, com atualização pela SELIC, o qual foi finalizado em setembro de 2025.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Apresentamos a seguir a movimentação ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	5.432	10.331	6.266	11.339
Adição	-	938	-	938
Juros provisionados	311	935	374	945
Pagamentos	(5.597)	(6.772)	(5.794)	(6.956)
Saldo final	146	5.432	846	6.266

O cronograma de pagamento dos saldos de parcelamentos e os respectivos valores nominais são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Menos de um ano	146	5.432	338	5.617
Entre um e dois anos	-	-	112	144
Acima de dois anos	-	-	396	505
Total	146	5.432	846	6.266

19. Aquisição de empresas a pagar

Apresentamos a seguir as contraprestações a pagar referentes às aquisições de empresas:

Empresas adquiridas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
HSG	-	-	2.263	5.478
CDI	-	-	25	148
HMDG	88.035	-	118.321	136.092
EMEC	21.450	-	21.450	21.588
HSC	27.415	-	30.341	32.750
	136.900	-	172.400	196.056
Circulante	28.498	-	30.761	38.510
Não circulante	108.402	-	141.639	157.546

A movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, segue conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	-	-	196.056	211.709
Adição (i)	128.472	-	-	651
Juros provisionados	8.428	-	15.571	14.719
Juros Pagos	-	-	(4.049)	(2.572)
Pagamentos (ii)	-	-	(35.178)	(28.451)
Saldo final	136.900	-	172.400	196.056

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) Em 30 de abril de 2025, foi aprovado, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, o aumento de capital da RMDS Participações, no valor de R\$ 128.471, mediante a assunção de dívidas relativas à aquisição de empresas.
- (ii) O pagamento realizado no ano de 2025 refere-se a terceira parcela da aquisição da HMDG. Ademais, deste montante, R\$ 9.466 referem-se ao pagamento de reembolso de contingências e dispêndios correlatos realizados por ex-sócios das empresas adquiridas, conforme previsto nos contratos de aquisição.

O cronograma de pagamento dos saldos de aquisição de empresas a pagar e os respectivos valores nominais são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Menos de um ano	28.498	-	30.761	38.510
Entre um e dois anos	108.402	-	141.639	36.291
Acima de dois anos	-	-	-	121.255
Total	136.900	-	172.400	196.056

20. Provisão para contingências

Controladora

	Cíveis	Trabalhistas e previdenciárias	Tributárias	Total
Em 31 de dezembro de 2023	15.810	93.379	21.207	130.396
Adições	2.802	8.561	818	12.181
Atualizações monetárias	1.666	4.524	-	6.190
Reversão de atualização monetária	-	(14.467)	-	(14.467)
Baixas e reversões	(1.074)	(83.195)	(198)	(84.467)
Em 31 de dezembro de 2024	19.204	8.802	21.827	49.833
Adições	1.191	4.396	196	5.783
Atualizações monetárias	1.996	3.716	-	5.712
Baixas e reversões	(116)	(2.426)	(607)	(3.149)
Em 31 de dezembro de 2025	22.275	14.488	21.416	58.179

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado

	Cíveis	Trabalhistas e previdenciárias	Tributárias	Total
Em 31 de dezembro de 2023	115.748	100.167	39.502	255.417
Adições	5.582	10.740	942	17.264
Atualizações monetárias	(328)	8.976	267	8.915
Reversão de atualização monetária	-	(17.680)	-	(17.680)
Baixas e reversões	(5.117)	(87.699)	(991)	(93.807)
Alienação Grupo Porto Dias	(43.478)	(3.007)	(16.412)	(62.897)
Em 31 de dezembro de 2024	72.407	11.497	23.308	107.212
Adições (i)	8.088	6.156	246	14.490
Atualizações monetárias	2.797	4.382	5	7.184
Baixas e reversões (i)	(12.884)	(5.141)	(620)	(18.645)
Em 31 de dezembro de 2025	70.408	16.894	22.939	110.241

- (i) Conforme mencionado abaixo no item (c), determinadas contingências são reembolsáveis pelos acionistas vendedores na aquisição de controladas. Em 2025, o valor correspondente a movimentação de contingências passivas reembolsáveis foi de R\$ 5.459.

(a) Trabalhistas, previdenciários, cíveis e fiscais

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos cíveis, trabalhistas e previdenciários e fiscais, que estão discutindo essas questões nas esferas administrativa e judicial, que, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração e amparada por seus assessores legais externos. O encargo de provisão é reconhecido no resultado em "Outras receitas (despesas) operacionais" e as atualizações monetárias no "Resultado financeiro". A natureza das obrigações pode ser sumarizada como segue:

Ações cíveis: as principais causas estão relacionadas a ações judiciais movidas por clientes questionando erros em procedimentos médicos realizados por médicos nas dependências da Companhia. Para eventuais processos da controladora existem depósitos judiciais vinculados no valor de R\$1.658 em 31 de dezembro de 2025.

Ações trabalhistas e previdenciárias: correspondem, majoritariamente, a alegações da Receita Federal do Brasil de vínculo trabalhista de profissionais médicos que prestam serviços nas dependências dos hospitais da Companhia por meio de pessoas jurídicas. Sendo assim, a Receita Federal do Brasil emitiu notificações exigindo o recolhimento de encargos trabalhistas.

No terceiro trimestre de 2024, a Administração da Companhia em conjunto com assessores jurídicos responsáveis patronos pelas causas de naturezas previdenciárias, revisitou a estimativa de perda dessas causas perante o novo cenário jurídico a respeito de terceirização e vínculo empregatício entre empregador e pessoa jurídica contratada, após a decisão do Tema 725 de repercussão geral julgado pelo Supremo Tribunal Federal ("STF") e outras decisões regionais favoráveis ao não reconhecimento de vínculo fundamentadas pela decisão do STF.

Notas explicativas às demonstrações financeiras**31 de dezembro de 2025****(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Diante desse novo cenário, os assessores jurídicos entenderam que o risco de perda dos processos previdenciários atrelados aos profissionais médicos que prestam serviços por meio de pessoa jurídica nas dependências da Rede Mater Dei, reduziu de forma a ser considerada como perda possível. Portanto, a Administração da Companhia realizou a reversão do saldo provisionado destas causas.

Adicionalmente, a Companhia possui reclamações trabalhistas de outras naturezas. Para eventuais processos da controladora há depósitos judiciais vinculados no valor de R\$10.263 em 31 de dezembro de 2025.

Ações fiscais: a Companhia identificou riscos relativos a tratamentos tributários na esfera federal relativos ao PIS/COFINS, imposto de renda e contribuição social.

(b) Contingências possíveis

A Companhia e suas controladas tem ações de naturezas fiscal, trabalhistas e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída. Com relação aos processos fiscais, a Companhia questiona na justiça a exclusão do ISSQN na base do PIS e da COFINS sobre a receita de serviços. Para estes processos, a Companhia realiza os pagamentos via depósito judicial, cujo saldo em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, correspondem a R\$15.434 e R\$12.612, respectivamente.

Conforme comentado no item (a), houve mudança de prognóstico das causas previdenciárias para perda possível após a decisão do Tema 725 de repercussão geral julgado pelo Supremo Tribunal Federal ("STF") e outras decisões regionais favoráveis ao não reconhecimento de vínculo fundamentadas pela decisão do STF.

Os valores estimados para as causas possíveis são:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fiscais	24.187	21.513	24.555	31.662
Trabalhistas e previdenciárias	181.509	138.544	209.443	147.299
Cíveis	50.492	41.731	66.021	47.344
	256.188	201.788	300.019	226.305

(c) Ativos de indenização

Conforme estipulado em contrato, os acionistas vendedores têm a obrigação de reembolsar a Companhia por eventuais pagamentos de contingências, materializadas ou não, oriundas do período de gestão dos acionistas vendedores. Para certos contratos, a Companhia possui garantias de pagamentos, representadas por parcelas retidas da contraprestação a pagar. Os ativos indenizáveis foram reconhecidos na rubrica de "Outros ativos não circulantes" conforme abaixo:

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
HSG	16.142	21.130
EMEC	13.215	13.832
HSC	10.639	10.493
HMDG	4.869	4.869
	44.865	50.324

21. Patrimônio líquido

a) Capital subscrito e integralizado

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado, no montante de R\$1.355.182 está dividido em 333.548.825 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A composição dos acionistas pode ser assim discriminada:

	Quantidade de ações	
	31/12/2025	31/12/2024
JSS Empreend. e Administração Ltda. - Controlador	219.287.242	219.287.242
Pessoas físicas - Controlador	54.445.879	54.445.880
Outros acionistas - Mercado	58.393.304	67.738.303
Ações em tesouraria (i)	1.422.400	3.686.100
	333.548.825	345.157.525
Capital integralizado	1.355.182	1.355.182
(-) Gastos com emissão de ações	(54.163)	(54.163)
Saldo em 31 de dezembro de 2025 e 2024	1.301.019	1.301.019

(i) O Conselho de Administração aprovou, em 10 de setembro de 2025, o cancelamento de 5.879.200 ações que a companhia mantinha em tesouraria.

b) Reserva de capital

Reserva de ágio

Em 01 de novembro de 2021, a Companhia constituiu uma reserva de ágio no montante de R\$370.382 decorrente da diferença do valor justo da ação emitida e o valor nominal quando da emissão de ações da Companhia decorrente da aquisição do controle acionário do Grupo Porto Dias. Adicionalmente, os cancelamentos de ações em tesouraria são reconhecidos nesta rubrica. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo dessa reserva de ágio era de R\$122.564.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Reserva especial de ágio reflexo

No dia 31 de maio de 2023, foi realizada a cisão parcial da RMDS seguida pela incorporação do acervo líquido pela A3 Data mediante incorporação reversa, na qual a A3Data incorporou o próprio investimento da RMDS, o ágio e mais valia apurados na data da aquisição. O efeito líquido, da transação de cisão e incorporação acima descritos, contabilizado no patrimônio líquido da Companhia em reserva de ágio especial reflexo foi no valor de R\$26.210.

Pagamento baseado em ações

No dia 12 de maio 2021, o Conselho da Administração da Companhia, ratificou e aprovou a outorga de 5.334.935 opções de compra de ações no âmbito do Primeiro Programa de Opções de Compra de Ações da Companhia, aos beneficiários indicados pelo Conselho de Administração, bem a celebração dos contratos de outorga de ações entre a Companhia e os beneficiários selecionados.

O exercício total das opções poderá ser realizado em, no mínimo, 5 anos a contar da data de assinatura dos contratos e no máximo 7 anos, sendo a primeira tranche disponível no 3º ano. O valor justo das opções foi mensurado conforme modelo Binomial de Hull & White, utilizando-se das premissas contratuais e das estimativas aplicáveis e disponíveis no mercado.

Tranche	Data da Outorga	Período de Vesting	Data de vencimento	Valor justo por ação
1	08/04/2021	08/04/2024	08/04/2028	R\$7,92
2	08/04/2021	08/04/2025	08/04/2028	R\$8,55
3	08/04/2021	08/04/2026	08/04/2028	R\$9,07

O preço do exercício das opções concedidas foi de R\$13,95 por ação, corrigidos pela variação da inflação, apurada pelo IPCA, calculado pro rata die, bem como será ajustado pelo montante de dividendos, juros sobre o capital próprio e outros proventos pagos pela Companhia, entre a data outorga e data do exercício. O primeiro *vesting* iniciou em 08 de abril de 2024 e até o momento nenhum beneficiário do programa exerceu o direito dos tranches disponíveis.

O reconhecimento das opções no balanço patrimonial e na demonstração de resultados da Companhia, seguiu as orientações do pronunciamento CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações (IFRS2). Em 31 de dezembro de 2025, o montante reconhecido no resultado e na reserva de capital foi de R\$4.251 (R\$8.323 em dezembro de 2024).

c) Ajuste de avaliação patrimonial

No ajuste de avaliação patrimonial são reconhecidas as seguintes transações: (i) valor justo do contrato de opções de compra e venda de ações do Hospital Santa Clara, conforme detalhe na Nota 13; (ii) ajuste de avaliação patrimonial reflexo oriundo de transações com acionistas não controladores; e, (iii) outros resultados abrangentes composto pelo resultado líquido do *hedge accounting* deduzido o IR e CSLL diferidos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 30 de junho de 2024 foi realizado a baixa do saldo do passivo de resgate em decorrência da negociação da venda da controlada CSN. Em 16 de setembro de 2024 a operação de venda da controlada foi concluída (vide Nota 13).

Em 2025, o valor justo de *hedge accounting* registrou uma variação positiva de R\$1.158, perfazendo um saldo no Patrimônio Líquido de R\$14.526 (R\$15.683 em 31 de dezembro de 2024), líquido de impostos.

d) Reservas de lucros*Reserva legal*

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Reserva para reinvestimento

A reserva para reinvestimento é uma reserva estatutária e tem a finalidade de destinar recursos para a expansão das atividades operacionais da Companhia.

e) Dividendos

De acordo com o estatuto social da Companhia, será assegurado aos acionistas 25% do lucro líquido, ajustado conforme legislação, para distribuição e pagamentos de dividendos quando houver saldo positivo no lucro líquido do exercício. Em assembleia realizada em 08 de maio de 2025, foi aprovada a distribuição de dividendos intercalares no montante de R\$25.280 os quais foram pagos em 21 de maio de 2025.

Em reunião ocorrida no dia 03 de dezembro de 2025 o Conselho de Administração aprovou o pagamento de dividendos intercalares no valor de R\$50.000, sendo que tais dividendos deverão ser ratificados na próxima AGO da companhia. O montante total de dividendos distribuídos sobre o lucro do exercício correspondeu a R\$60.166.

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	110.511	(338.440)
Constituição da reserva legal (5%)	(5.526)	-
Base de cálculo dos dividendos	104.985	-
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	26.246	-
Dividendos distribuídos no exercício		
Reserva para reinvestimento	15.114	-
Lucro líquido do exercício	60.166	-
	75.280	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

f) Ações em tesouraria

No dia 9 de dezembro de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o terceiro Programa de Recompra de Ações de emissão da Companhia, no qual poderão ser adquiridas até 22.996.645 (vinte e dois milhões, novecentas e noventa e seis mil, seiscentas e quarenta e cinco) ações ordinárias, representativas de 6,66% (seis virgula sessenta e seis por cento) das ações totais emitidas pela Companhia e 32,20% (trinta e dois virgula vinte por cento) das ações em circulação no mercado nesta data, mantendo em circulação, caso o programa seja totalizado, o mínimo de 15% (quinze por cento) de ações em circulação. As ações adquiridas devem respeitar os limites de manutenção em tesouraria de 10% (dez por cento) das ações em circulação no mercado, nos termos do Artigo 9º da Resolução CVM nº 77/22. Tal programa possui duração de até 18 meses. As ações adquiridas no âmbito do Programa de Recompra serão mantidas em tesouraria e, posteriormente, canceladas, alienadas, utilizadas para atendimento aos planos de remuneração baseados em ações da Companhia e/ou eventual aquisições em outras sociedades. Em 31 de dezembro de 2025, o valor médio das ações em tesouraria era de R\$4,43.

A seguir estão demonstradas as movimentações nas ações em tesouraria no exercício:

	Quantidade de ações	Valor em R\$mil
Em 31 de dezembro de 2024	3.686.100	16.302
Recompra de ações	2.043.400	7.479
Cancelamento de ações (i)	(5.729.500)	(23.781)
Recompra de ações (ii)	5.879.200	25.607
Cancelamento de ações (ii)	(5.879.200)	(25.607)
Recompra de ações (ii)	1.422.400	6.303
Em 31 de dezembro de 2025	1.422.400	6.303

- (i) Em 19 de março de 2025 foi aprovada, em reunião do Conselho da Administração, o cancelamento da totalidade das ações mantidas em tesouraria até aquela data.
- (ii) Em 10 de setembro de 2025 foi aprovada, em reunião do Conselho da Administração, o cancelamento da totalidade das ações mantidas em tesouraria até aquela data. Ademais, após o cancelamento, houve novas recompras, totalizando 1.422.400 ações, cujo valor acumulado foi de R\$6.303.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Receita de serviços hospitalares

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Convênios	1.700.011	1.519.612	2.263.840	2.325.779
Particulares	89.559	88.847	142.152	157.318
Comissões	21.488	20.483	21.952	20.895
Estacionamento	13.462	12.480	14.353	12.968
Outras receitas	-	-	-	58
Receita bruta	1.824.520	1.641.422	2.442.297	2.517.018
Glosas (i)	(79.565)	(71.268)	(106.183)	(126.192)
Total de glosas	(79.565)	(71.268)	(106.183)	(126.192)
Faturamentos cancelados	(3.090)	(2.873)	(8.421)	(6.676)
Outras deduções	(1.540)	(1.197)	(1.822)	(2.403)
Deduções da receita	(4.630)	(4.070)	(10.243)	(9.079)
ISSQN	(49.275)	(44.431)	(61.528)	(63.609)
PIS	(11.868)	(10.890)	(15.864)	(16.395)
COFINS	(54.750)	(50.258)	(73.194)	(75.647)
ICMS	-	-	-	(95)
Impostos sobre receita	(115.893)	(105.579)	(150.586)	(155.746)
Receita líquida	1.624.432	1.460.505	2.175.285	2.226.001

(i) Os valores representam a estimativa de perdas de glosas sobre as receitas com convênios e glosas acatadas.

23. Custos e despesas por natureza

i) Custo dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	(287.746)	(259.057)	(431.076)	(448.711)
Alimentação e refeição	(18.488)	(18.026)	(29.095)	(34.969)
Serviços médicos	(105.767)	(90.989)	(231.631)	(258.070)
Materiais e medicamentos	(455.739)	(413.295)	(579.991)	(547.158)
Manutenção e conservação	(67.912)	(61.932)	(92.464)	(99.475)
Depreciação e amortização	(68.276)	(56.070)	(89.870)	(88.707)
Outros custos	(52.311)	(49.692)	(69.741)	(78.314)
	(1.056.239)	(949.061)	(1.523.868)	(1.555.404)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ii) Despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	(139.744)	(145.248)	(169.552)	(190.625)
Propaganda e publicidade	(3.125)	(2.785)	(3.858)	(3.388)
Depreciação e amortização	(18.172)	(15.206)	(21.235)	(20.334)
Serviços de terceiros	(51.117)	(44.165)	(62.820)	(61.830)
Outras despesas	(15.653)	(15.073)	(19.463)	(22.532)
	(227.811)	(222.477)	(276.928)	(298.709)

24. Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Reversão (provisão) para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	(3.045)	72.906	(1.917)	74.451
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(8.708)	(16.813)	(17.560)	(26.648)
Receita de Aluguéis	2.119	1.966	3.463	3.599
Alienação de investimentos (ii)	-	(754.264)	-	(754.264)
Outras receitas (despesas) operacionais (i)	(8.515)	(1.139)	(3.243)	(2.443)
Outras receitas (despesas) operacionais	(18.149)	(697.344)	(19.257)	(705.305)

- i) Em 2025, na Controladora refere-se, em sua quase totalidade, a baixa de clientes pela não expectativa de recebimento. Adicionalmente, foi constituído o saldo de R\$ 9.466 recebido, referente ao reembolso de sócios citado na Nota Explicativa 19.
- ii) Em 2024, a perda de R\$ 754.264 se trata do lançamento do resultado da venda do investimento na CSN, conforme Nota Explicativa 2.

25. Resultado financeiro

Resultado financeiro por natureza de transação financeira:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	82.757	39.204	83.471	40.445
Descontos financeiros	5.113	3.814	6.146	5.087
Ganho com derivativos - Swap	2.250	3.147	2.250	3.147
Variação cambial e monetária	6	52	6	68
Reversão de atualização monetária de contingências	57	14.467	419	17.680
Contas a receber de obras	12.873	13.636	12.873	13.636
Outras receitas financeiras	9.916	8.122	10.463	9.553
	112.972	82.442	115.628	89.616

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Despesas financeiras				
Juros provisionados (i)	(180.142)	(127.138)	(195.163)	(150.474)
Juros contrato de arrendamento	(75.626)	(67.285)	(76.268)	(83.463)
Variação cambial e monetária passiva	(1.031)	(1.349)	(1.031)	(1.349)
Atualização monetária de contingências	(5.769)	(6.190)	(7.603)	(8.915)
Perda com derivativos - Swap	(13.795)	(2.036)	(13.795)	(2.036)
Descontos concedidos	(1.729)	(1.452)	(2.459)	(2.683)
Custo de transação (ii)	(3.081)	(809)	(3.081)	(809)
Outras despesas financeiras	(2.124)	(1.848)	(2.868)	(2.650)
	(283.297)	(208.107)	(302.268)	(252.379)
Resultado financeiro líquido	(170.325)	(125.665)	(186.640)	(162.763)

- (i) Refere-se a valores de juros com empréstimos, financiamentos, debêntures, parcelamentos de impostos e contas a pagar por aquisição de empresas.
- (ii) Refere-se, principalmente, à realização do custo de transação da 1ª emissão de debenture que, em 31 de dezembro de 2025, totalizou R\$2.792.

26. Imposto de renda e contribuição social

a) Apuração de imposto de renda e contribuição social

Segue a reconciliação da apuração do imposto de renda e contribuição social para os exercícios findos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	157.166	(529.312)	167.085	(498.610)
Alíquota de IR e CSLL	34%	34%	34%	34%
Imposto calculado com base na alíquota dos impostos	(53.436)	179.966	(56.809)	169.527
Diferenças permanentes				
Resultado de equivalência patrimonial	1.788	2.763	(512)	(826)
Patrocínios e doações	(152)	(187)	(156)	(237)
Ativo de prejuízo fiscal não constituído	-	-	(1.506)	(4.104)
Incentivos fiscais	2.902	-	3.075	-
Perdas e multas não dedutíveis	836	-	(673)	-
Outras diferenças permanentes	(85)	7.131	(80)	6.318
Conciliação do regime de lucro presumido	1.492	1.199	1.492	4.028
Provisão do imp. de renda e contr. social	(46.655)	190.872	(55.169)	174.706
IR e CSLL - corrente	(47.516)	(283)	(64.277)	(19.678)
IR e CSLL - diferido	861	191.155	9.108	194.384
	(46.655)	190.872	(55.169)	174.706

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Composição de saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos

Os impostos diferidos estão representados por despesas e receitas temporárias e são apresentados líquidos no balanço patrimonial quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Provisão para contingências	10.766	13.591	15.718	17.495
Provisão para glosas	59.278	51.686	73.741	60.962
Provisão para devedores duvidosos	36.134	33.174	44.732	38.635
Arrendamento mercantil	38.274	29.579	38.587	29.749
Instrumentos financeiros derivativos	7.004	8.079	7.004	8.079
Prejuízo fiscal e base negativa	14.550	34.364	33.674	54.395
Pagamento baseado em ações	15.145	13.699	15.145	13.699
Outros	3.895	608	5.665	6.915
Mais valia de ativos e reavaliação de imobilizado	-	-	(74.362)	(77.960)
Ativo (passivo) líquido	185.046	184.780	159.904	151.969
IR e CSLL ativo	185.046	184.780	234.266	229.929
IR e CSLL passivo	-	-	(74.362)	(77.960)

De acordo com a legislação tributária vigente, as diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem. Ativos fiscais diferidos foram reconhecidos com relação a esses itens, pois é provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que o Grupo possa utilizar os benefícios destes. A utilização dos saldos de prejuízo fiscal e base negativa são limitados a 30% do lucro fiscal do exercício em que este será utilizado. Conforme as estimativas do Grupo, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido sobre prejuízo fiscal no prazo de 4 anos, no valor de R\$33.674 existente em 31 de dezembro de 2025.

Para a controlada RMDS não foi reconhecido um ativo fiscal diferido em relação ao prejuízo fiscal gerado, uma vez que não há expectativa de lucros tributáveis futuros, e também, por não haver ainda outras oportunidades de planejamento fiscal ou outras evidências que pudessem indicar sua recuperabilidade no futuro próximo. O valor do prejuízo fiscal da RMDS gerado no exercício de 2025 foi de R\$1.495, representando R\$4.398 de ativo diferido acumulado não registrado.

27. Lucro (prejuízo) por ação

Básico e diluído

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo, quando aplicável, as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. Os instrumentos potenciais com efeitos diluidores foram considerados no cálculo do lucro (prejuízo) diluído, conforme descrito abaixo, ponderando-se, para as opções de ações, se o preço médio de mercado das ações ordinárias no exercício excede o preço de exercício das opções.

Lucro (Prejuízo) básico	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	110.511	(338.440)
Qtde. média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	336.005	374.769
Lucro (Prejuízo) básico por ação - R\$ por ação	0,33	(0,90)

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possui efeitos diluidores, consequentemente, o lucro (prejuízo) por ação diluído se equipara ao valor básico por ação.

28. Saldos e transações com partes relacionadas

Os saldos e transações com partes relacionadas estão descritos abaixo:

Controladora

	Parte relacionada	31/12/2025	31/12/2024
Ativo			
Contas a receber de obra	JSS Empr. e Admin. Ltda	302.363	330.859
Venda de Imobilizado (i)	HMDG	93	585
Venda de Imobilizado (i)	HSG	2.655	-
Venda de imobilizado (i)	EMEC	1.016	971
Venda de imobilizado (i)	HSC	18	18
Passivo			
Arrendamentos a pagar	JSS Empr. e Admin. Ltda	760.558	736.105
Contas a pagar	A3 DATA Consultoria S.A.	-	490
Contas a pagar	A3 Data Inteligência artificial	72	-
Receitas (despesas e custos)			
Contas a receber de obras	JSS Empr. e Admin. Ltda.	12.873	13.636
Arrendamentos	JSS Empr. e Admin. Ltda.	(101.137)	(90.193)
Outros (ii)	Acionistas	(1.075)	(1.418)

(i) Os valores estão apresentados na rubrica de "outros ativos circulantes".

(ii) O valor corresponde a remuneração paga pela gestão da *holding* controladora.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado

	Parte relacionada	31/12/2025	31/12/2024
Ativo			
Contas a receber de obra	JSS Empr. e Admin. Ltda	302.363	330.859
Passivo			
Arrendamentos a pagar	JSS Empr. e Admin. Ltda	760.558	736.105
Contas a pagar	A3 DATA Consultoria S.A.	-	490
Contas a pagar	A3 Data Inteligência artificial	72	-
		31/12/2025	31/12/2024
Receitas, despesas e custos			
Contas a receber de obras	JSS Empr. e Admin. Ltda.	12.873	13.636
Arrendamentos	JSS Empr. e Admin. Ltda.	(101.137)	(90.193)
Arrendamentos	ADL Participações e Negócios S/A	-	(19.237)
Outros	Acionistas	(1.075)	(1.418)

As transações com partes relacionadas estão de acordo com a política de partes relacionadas da Companhia.

a) Remuneração do pessoal-chave da administração

A administração compreende os Conselheiros de Administração e os Diretores Estatutários. A remuneração paga ao pessoal-chave da administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Salários e outros benefícios de curto prazo	36.933	37.229	38.110	40.729
	36.933	37.229	38.110	40.729

29. Seguros (cobertura não auditada)

A Companhia tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Riscos cobertos	Montante da cobertura		Montante da cobertura	
Patrimonial	2.593.400	3.057.400	3.139.944	3.671.690

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Riscos cobertos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
	Montante da cobertura		Montante da cobertura	
D&O	60.000	60.000	60.000	60.000
Responsabilidade Civil Geral	1.000	3.156	1.000	3.156
Responsabilidade Civil Profissional	-	-	-	1.000
Seguro Garantia Judicial (i)	64.919	65.376	64.919	65.376

- (i) A Companhia contratou apólices de seguro garantia visando dar cobertura, por ordem judicial, a processos judiciais em andamento. Esse seguro tem por objetivo apenas evitar a necessidade de se proceder a depósito judicial. Caso a Companhia não logre êxito nessas ações, a mesma deverá arcar com o ônus dessas ações, não tendo cobertura quanto aos valores perdidos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes o artigo 27, parágrafo 1.º, inciso V, da Instrução CVM n.º 80/22, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Belo Horizonte, 20 de março de 2026.

Diretor Presidente - José Henrique Dias Salvador

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores - Rafael Cardoso Cordeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em conformidade com o artigo 27, parágrafo 1.º, inciso V, da Instrução CVM n.º 80/22, os diretores responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia, Ernst & Young auditores independentes S/S Ltda, acerca das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Belo Horizonte, 22 de março de 2026.

Diretor Presidente - José Henrique Dias Salvador

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores - Rafael Cardoso Cordeiro

HOSPITAL MATER DEI S.A.

CNPJ Nº 16.676.520/0001-59

NIRE 31.300.039.315

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL
INICIADA EM 17 DE MARÇO DE 2026 E
ENCERRADA EM 20 DE MARÇO DE 2026**

1. Data, hora e local: Iniciada em 17 de março de 2026, às 08h00 e encerrada em 20 de março de 2026, de forma remota, através da plataforma Google Meet.

2. Convocação: Os Conselheiros foram previamente convocados através de mensagens individuais enviadas por e-mail pela Secretária do Conselho Fiscal.

3. Presenças: Participaram os membros do Conselho Fiscal, os Srs. Alceu Alves da Silva, Tiago Curi Isaac e Rafaela Rocha França Dumont e a Secretária de Governança, a Sra. Ana Carolina Faria Herold. Participaram como convidados: o Sr. Rafael Cardoso Cordeiro (CFO e Diretor de Relações com Investidores e Finanças), o Sr. Rafael Pinto Queiroz Neto (Gerente de Controladoria) e os representantes da Ernst & Young Auditores Independentes S/S (“EY”), o Sr. Rogério Xavier Magalhães e o Sr. Fernando Tanure.

4. Mesa: Presidida pelo Sr. Alceu Alves da Silva (“Presidente”) e secretariada pela Sra. Ana Carolina Faria Herold (“Secretária”), conforme indicação do Presidente.

5. Ordem do dia: Apreciação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 (“Demonstrações Financeiras de 2025”), do relatório dos auditores independentes (EY Auditores Independentes Ltda.) sobre as Demonstrações Financeiras de 2025, do relatório da administração do referido exercício e da Proposta da Administração para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGO”) da Companhia a ser realizada em 2026.

6. Deliberações: Instalada a Reunião no dia 17 de março de 2026, suspensa e retomada no dia 20 de março de 2026, após análise e discussão dos materiais disponibilizados na plataforma de governança Atlas Governance sobre os temas da Ordem do Dia e posteriormente atualizados, os Conselheiros, de forma unânime e sem ressalvas, deliberaram o que segue:

6.1. Analisaram as Demonstrações Financeiras de 2025, e documentos complementares, em conjunto com os esclarecimentos prestados pelos representantes da Administração da Companhia e dos Auditores Independentes, e expressaram opinião favorável de que as mencionadas Demonstrações Financeiras de 2025 e os relatórios estão adequadamente representados em todos os seus aspectos relevantes, bem como a proposta de distribuição dos resultados do referido exercício encerrado e de ajuste do capital social para refletir o cancelamento de ações constantes da proposta da administração também são adequados e, portanto, todas as matérias propostas merecem a aprovação dos acionistas na AGOE a realizar-se em 2026, em linha com o Parecer anexo à presente ata.

7. Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os Conselheiros presentes: (i) Sr. Alceu Alves da Silva; (ii) Sra. Rafaela Rocha França Dumont; e (iii) Sr. Tiago Isaac.

Belo Horizonte, 20 de março de 2026.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia, infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 e os respectivos documentos complementares, quais sejam o relatório dos auditores independentes (EY Auditores Independentes Ltda.) sobre as Demonstrações Financeiras de 2025, o relatório da administração do referido exercício e a Proposta da Administração para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGOE”) da Companhia a ser realizada em 2026.

Após verificarem os documentos acima mencionados, e considerando os exames procedidos por este colegiado e os esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia relativos aos atos de gestão e respectivos registros no exercício financeiro de **2025**, como também com base no Relatório do Auditor Independente, sem ressalva, da EY, a ser emitido na presente data, expressam opinião favorável de que as mencionadas Demonstrações Financeiras de 2025 e os relatórios estão adequadamente representados em todos os seus aspectos relevantes, bem como a proposta de destinação dos resultados do referido exercício encerrado e de ajuste do capital social para refletir o cancelamento de ações constantes da proposta da administração também são adequados e, portanto, todas as matérias propostas merecem a aprovação dos acionistas na AGOE a realizar-se em 2026.

Belo Horizonte, 20 de março de 2026.

Mesa:

Alceu Alves Silva
Presidente da Mesa

Ana Carolina Faria Herold
Secretária

Membros do Conselho Fiscal:

Alceu Alves Silva
Presidente do Conselho Fiscal

Rafaela Rocha França Dumont
Conselheira

Tiago Curi Isaac
Conselheiro

HOSPITAL MATER DEI S.A.

CNPJ/ME nº 16.676.520/0001-59

NIRE 31.300.039.315

(“Companhia”)

**ATA DE REUNIÃO DE COMITÊ DE AUDITORIA E RISCOS
REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026**

- 1. DATA, HORA E LOCAL:** Realizada em 17 de março de 2026, às 16h30min, de forma de forma remota através da plataforma de videochamada Google Meet.
- 2. PRESENÇAS:** Estiveram presentes os membros do Comitê de Auditoria e Riscos: Geraldo Sardinha Pinto Filho (Coordenador) e Sicomar Benigno de Araujo Soares (membro) e como convidados: Rafael Cardoso Cordeiro (CFO e Diretor de RI), Rafael Pinto Queiroz Neto (Gerente de Controladoria), Janaína Bitencourt Ferreira (Gerente de Auditoria Interna e *Compliance*), Ana Carolina Faria Herold (Especialista em Governança Corporativa) e os representantes da Ernst & Young Auditores Independentes S/S (“EY”) Rogério Magalhães e Fernando Tanure.
- 3. COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente: Geraldo Sardinha Pinto Filho; Secretária – Ana Carolina Faria Herold.
- 4. ORDEM DO DIA: (i) Apresentação das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025;**
- 5. DELIBERAÇÕES:** Instalada a Reunião realizada nesta data, nos termos dos materiais disponibilizados na plataforma de governança *Atlas Governance*:
 - 5.1. Analisaram as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e documentos complementares, aliado aos esclarecimentos prestados pelos representantes da Administração da Companhia e do Auditor Independente, manifestaram-se favoráveis, por unanimidade e sem ressalvas, em encaminhar à aprovação do Conselho de Administração declarando não conhecer quaisquer eventos que possam afetar substancialmente do exercício social encerrado em

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31 de dezembro de 2025, que foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a legislação vigente.

Ao final da reunião, os membros do comitê solicitaram ao Sr. Marcello Lazzarini – Superintendente de TI, o envio do plano de ação atualizado referente à revisão de acessos. O documento deverá ser encaminhado para apreciação dos membros do comitê antes da reunião do Conselho de Administração, agendada para a próxima sexta-feira, dia 20/03/2026.

- 6. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, a qual foi lida, achada conforme, aprovada e assinada pelos membros do Comitê de Auditoria e Riscos, via sistema Atlas .

Belo Horizonte, 17 de março de 2026.

Geraldo Sardinha Pinto Filho
Coordenador do Comitê de Auditoria e Riscos

Sicomar Benigno de Araujo Soares
Membro do Comitê de Auditoria e Riscos

Ana Carolina Faria Herold
Secretária do Comitê de Auditoria e Riscos

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ANEXO I

HOSPITAL MATER DEI S.A.
CNPJ/ME nº 16.676.520/0001-59
NIRE 31.300.039.315
(“Companhia”)

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA E RISCOS NÃO ESTATUTÁRIO

O Comitê de Auditoria e Riscos Não Estatutário do Hospital Mater Dei S.A. tomou conhecimento e analisou as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e o relatório da Administração da Companhia. Com base em referida análise e considerando as informações prestadas pelos representantes da Administração da Companhia e pelos Auditores Independentes, este Comitê recomenda ao Conselho de Administração que aprove as Demonstrações Financeiras ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, não havendo qualquer divergência entre a Administração da Companhia, os Auditores Independentes e este Comitê.

Belo Horizonte, 17 de março de 2026.

Geraldo Sardinha Pinto Filho
Coordenador do Comitê de Auditoria e Riscos

Sicomar Benigno de Araujo Soares
Membro do Comitê de Auditoria e Riscos

1. APRESENTAÇÃO

O Comitê de Auditoria e Riscos ("Comitê"), da Companhia, foi instalado em 19 de março de 2021, nos moldes de comitê não estatutário, mediante eleição dos membros do Conselho de Administração. O mandato dos membros do Comitê é de 02 (dois) anos, podendo ser renovado por igual período de acordo com o Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 14 de março de 2024.

O Comitê de Auditoria e Riscos tem como objetivo assessorar o Conselho de Administração auxiliando no controle da efetividade dos processos de auditoria interna, da auditoria externa, dos controles internos, dos mecanismos relacionados à gestão de riscos, zelando ainda pela qualidade das demonstrações financeiras e informações relacionadas e divulgadas ao mercado.

O comitê é formado por 3 membros independentes, sendo coordenado por um membro independente do Conselho de Administração e composto por dois membros externos, com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, com capacidade de interpretar relatórios gerenciais, contábeis e financeiros e não financeiros, conhecimento sobre a legislação societária e a regulação e conhecimentos sobre gerenciamento de riscos.

Nome	Função	Independente	Membro desde
Geraldo Sardinha Pinto Filho	Coordenador	Sim	Março de 2021
Maria Fernanda Pires de Carvalho Pereira	Membro externo	Sim	Março de 2021
Sicomar Benigno de Araújo Soares	Membro externo	Sim	Maio de 2023

2. ATIVIDADES E RECOMENDAÇÕES DO COMITÊ

Ao considerar o planejamento das reuniões para o ano, foi estabelecido os temas foco que direcionaram o monitoramento do comitê. Foram realizadas 13 reuniões ordinárias ao longo do ano de 2025. As atividades e recomendações foram:

- Recomendar às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e da Administração referentes ao exercício de 2024;
- Recomendar as Demonstrações Financeiras Trimestrais Intermediárias do 1TRI, 2TRI e 3TRI de 2025;
- Recomendar a aprovação do Plano Anual de Auditoria Interna e o respectivo Orçamento para 2026;
- Revisão e recomendação de aprovação da 5ª edição do Manual de Compliance e discussões sobre a política de doações e contribuições.

3. AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS, DA GESTÃO DE RISCOS E PROGRAMA DE COMPLIANCE

3.1. Controles internos

O comitê realizou o acompanhamento junto com auditores externos e com o time interno da Companhia, para avaliar a efetividade dos sistemas e a evolução das deficiências dos controles internos identificadas pela EY (*Ernest & Young*), apresentadas no relatório de *Recomendações e Comentários a Administração*, emitido no dia 19 de março de 2025, referente ao trabalho de auditoria do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, bem como suas remediações.

3.2 Gestão de riscos

O monitoramento da Matriz de Riscos foi intensificado, com discussões aprofundadas sobre riscos cibernéticos, operacionais e estratégicos.

Segurança da Informação: Acompanhamento rigoroso dos Riscos 8 (Ataque Cibernético) e 9 (Indisponibilidade de Sistemas). Foram apresentados planos para automação de processos, gestão de identidade (IAM) e treinamentos, visando mitigar vulnerabilidades identificadas.

Qualidade e Assistência: Monitoramento dos Risco 1 (Qualidade Assistencial) e Risco 6 (Qualidade no Atendimento), com ênfase em protocolos e treinamentos contínuos.

Riscos Estruturais e de Mercado: Análise dos riscos de credenciamento (R5), eventos estruturais (R11) e posicionamento do Hub (R12), considerados controlados.

O Comitê solicitou e acompanhou o estudo comparativo entre as metodologias ISO 31000 (atualmente utilizada) e COSO, visando o aprimoramento contínuo da gestão de riscos. Em setembro, foi reportado que 75% das recomendações da consultoria externa (Protiviti) já haviam sido concluídas.

No exercício de 2025, a Gestão de Riscos Corporativos da Rede Mater Dei de Saúde alcançou um novo patamar de maturidade. Mais do que um exercício de conformidade, a gestão de riscos consolidou-se como uma ferramenta de suporte à decisão estratégica, migrando de uma visão reativa para uma abordagem proativa e integrada à geração de valor.

3.3 Programa de Compliance

A governança ética foi impulsionada por uma presença ativa da Diretoria. Em 2025, lançamos a série de vídeos de apoio ao programa e o *videocast* "*Compliance em Ação*", que somaram centenas de visualizações internas. Esta iniciativa não apenas deu rosto às diretrizes éticas, mas reforçou o compromisso pessoal de nossos executivos e gerentes com as melhores práticas de mercado.

A área de Compliance apresentou avanços significativos na consolidação da cultura de ética, a principal liderança da área foi reconhecida entre os 20 profissionais mais admirados do Brasil na premiação Compliance On TOP promovida pela LEC e Vittore e o cumprimento dos requisitos para o Programa de Compliance garantiu o alcance do Selo *Compliance* Avançado entregue pela ANAHP, o que reafirma que nossa jornada de conformidade é sólida, transparente e voltada para a perenidade do negócio.

4. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DAS AUDITORIA INTERNA E AUDITORIA INDEPENDENTE

O Comitê avaliou e fez a recomendação de aprovação do Plano Anual de Auditoria Interna no início do ano e aprovada, na sequência, pelo Conselho de Administração. Incluiu-se também a recomendação de aprovação orçamentária.

Como parte do seu papel de supervisão, acompanhou os trabalhos desenvolvidos pela Auditoria Interna no monitoramento dos controles internos através da metodologia de auditoria baseada em riscos.

A *Ernst & Young Auditores Independentes S/S (EY)* foi a empresa responsável pela auditoria das demonstrações contábeis referentes ao ano calendário de 2025, realizada conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Os auditores independentes são igualmente responsáveis pela revisão dos informes trimestrais (ITRs) arquivados junto à CVM.

Foram realizadas reuniões periódicas com a EY, para entendimento do efetivo funcionamento dos trabalhos. O comitê discutiu e avaliou a eficácia, objetividade e independência do auditor e debateu os resultados desta avaliação com o Conselho de Administração. Concluiu-se pela adequação da atuação da auditoria independente, recomendando a continuidade da prestação dos serviços por mais um período.

5. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os membros do Comitê, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno, procederam o exame e análise das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes da EY (*Ernst & Young*) e do relatório da administração referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Também foram objeto de análise os resultados trimestrais, bem como o processo de elaboração e revisão das Informações Trimestrais (ITR), mediante reuniões com os administradores e com os auditores independentes para discussão das ITR's emitidas e divulgadas no exercício social de 2025.

O Comitê decidiu, por unanimidade, que os referidos documentos refletem, de forma adequada, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia, e recomendou sua aprovação pelo Conselho de Administração e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária para deliberação aos seus acionistas.

Belo Horizonte, 20 de março de 2026.

Geraldo Sardinha Pinto Filho

Coordenador do Comitê

Maria Fernanda Pires Veloso

Membro do Comitê

Sicomar Benigno de Araújo Soares

Membro do Comitê